

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**ESTUDO DE PERCEÇÃO SOBRE A 1ª DÉCADA
DA GRADUAÇÃO DE CABO VERDE (2008/2018)**

ADÉLCIA HELENA FONSECA FORTES

OUTUBRO 2020

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**ESTUDO DE PERCEÇÃO SOBRE A 1ª DECÁDA DA
GRADUAÇÃO DE CABO VERDE (2008/2018)**

ADÉLCIA HELENA FONSECA FORTES

ORIENTADOR:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO AUGUSTO DE ASCENSÃO MENDONÇA

COORIENTADOR:

DR. VICTOR MANUEL BARBOSA BORGES

OUTUBRO – 2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de começar por agradecer à minha família, aos meus amigos por todo o encorajamento e paciência em todos os momentos bons e menos bons ao longo desta etapa. Sem eles, atingir os meus objetivos, teria sido um caminho muito mais difícil.

Ao meu Orientador Professor Doutor António Mendonça e ao meu Coorientador Dr. Victor Borges por me terem orientado e aconselhado ao longo de todo este processo e por todo o apoio e interesse demonstrado no meu estudo.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não citei, mas que direta ou indiretamente, ajudaram-me a desenvolver esta dissertação.

RESUMO

O processo de desenvolvimento, que levou Cabo Verde à saída da lista dos Países Menos Avançados (PMA) foi reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso, porém deixou muitas dúvidas e incertezas, relativamente à capacidade do país em assegurar a continuidade do desenvolvimento económico e social tendo em conta as vulnerabilidades do país. Como instrumento de análise, foi elaborado um questionário, aplicado junto do público alvo, identificados como elementos intervenientes e conhecedores do processo da graduação de Cabo Verde. Desta forma, debruçou-se sobre as perceções dos inquiridos sobre a importância e o contributo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para o país; analisou-se a opinião dos inquiridos sobre a metodologia, a sustentabilidade e a relevância dos critérios estabelecidos, pelo Comité das Políticas para o Desenvolvimento para graduação na lista de PMA e tentou-se compreender e descrever a apreciação dos inquiridos, sobre os limites e as conjunturas que levaram com que Cabo Verde saísse da lista dos PMA e o impacto no desenvolvimento durante os primeiros 10 anos (2008/2018).

Palavras-chave: Cabo Verde, Países Menos Avançados, Graduação, Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

ABSTRACT

The development process, which led Cabo Verde to leave the list of Least Developed Countries (LDC), was recognized internationally as a success story but left many doubts and uncertainties around the country's ability to ensure the continuity of economic and social development taking into account the country's vulnerabilities. As a tool for analysis, a questionnaire is developed and applied to the target audience, identified as intervening and knowledgeable elements of the Cabo Verde graduation process. Thus, it looked at the respondents' perceptions of the importance and contribution of Official Development Assistance (ODA) to the country. The opinion of respondents on the methodology, sustainability and relevance of the criteria established by the Committee for Development Policies for graduation in the list of LDCs is analyzed. An attempt is also made to understand and describe the respondents' assessment of the limits and conjunctures that led Cabo Verde to leave the list of LDCs as well as the impact on development during the first ten years (2008-2018).

Keywords: Cape Verde, Least Developed Countries, Graduation, Official Development Assistance.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BCV	Banco de Cabo Verde
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CPD	Comité de Política para o Desenvolvimento
CV	Cabo Verde
DESA	Department of Economic and Social Affairs/ONU.
ECOSOC	Conselho Económico e Social
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAT	Grupo de Apoio à Transição
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
IVE	Índice de Vulnerabilidade Económica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1.1 O processo de graduação dos Países Menos Avançados	7
1.2 Critérios e procedimentos do processo de graduação	7
CAPÍTULO II: O PROCESSO DE GRADUAÇÃO DE CABO VERDE.....	13
2.1 Caracterização sumária de Cabo Verde	13
2.2 Impacto da APD na graduação de Cabo Verde	14
2.3 Evolução do processo de graduação de Cabo Verde	16
2.4 Cabo Verde e os critérios de graduação	18
CAPÍTULO III: ESTUDO DE PERCEPÇÃO SOBRE A 1ª DÉCADA DA GRADUAÇÃO DE CABO VERDE	22
3.1 Metodologia utilizada	22
3.1 Apresentação e discussão dos resultados obtidos	23
CONCLUSÃO E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA	33
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Índice de gráficos

Gráfico 1: Evolução da APD – Cabo Verde.....	15
Gráfico 2: Evolução da APD sobre o PIB	15
Gráfico 3: Evolução do PIB per capita em Cabo Verde.....	18
Gráfico 4: Evolução do IDH - Cabo Verde	19
Gráfico 5: Evolução do IVE em Cabo Verde	20
Gráfico 6: Avaliação do contributo da APD no desenvolvimento de CV.....	24
Gráfico 7: Influência das autoridades cabo-verdianas na canalização da ajuda.....	24
Gráfico 8: Avaliação das formas de canalização da APD - Cabo Verde	25
Gráfico 9: Classificação das formas de APD mais ajustadas para Cabo Verde.....	25
Gráfico 10: Setores prioritários para canalização da APD.....	26
Gráfico 11: Avaliação dos Fluxos APD - CV	26
Gráfico 12: Nível de criação de obstáculos para eficácia da APD.....	27
Gráfico 13: Avaliação do nível de interferência de obstáculos na eficácia da ajuda	27
Gráfico 14: Nível de aceitação dos procedimentos associados a graduação.....	28
Gráfico 15: Hierarquização dos critérios mediante a relevância na graduação.....	28
Gráfico 16: Avaliação dos critérios quanto ao cumprimento obrigatório	29
Gráfico 17: Nível de concordância com o peso atribuído aos critérios da Graduação.....	29
Gráfico 18: Avaliação do peso dos critérios em função da realidade de Cabo Verde	30
Gráfico 19: Nível de concordância quanto ao alcance do IVE.....	30
Gráfico 20: Avaliação da contribuição dos doadores na redução das disparidades entre ilhas e municípios.....	31
Gráfico 21: Nível de Coerência - realidade socioeconómica e a graduação	31
Gráfico 22: Avaliação do impacto da graduação no desenvolvimento de Cabo Verde	32

Índice de tabelas

Tabela 1: Análise comparativa dos países graduados	12
Tabela 2: Principais indicadores macroeconómicos de Cabo Verde.....	14
Tabela 3: Critérios de graduação - Cabo Verde	17
Tabela 4: Evolução dos indicadores do IDH	19
Tabela 5: Evolução dos indicadores do IVE (2000/2018).....	21
Tabela 6: Síntese Metodológico do Questionário	23
Tabela 7: Caracterização da Amostra	23

Índice de figuras

Figura 1: Composição do IDH	9
Figura 2: Composição do IVE	10
Figura 3: Processo e procedimentos para a saída da categoria de PMA.....	11
Figura 4: Processo de Graduação de Cabo Verde – Avaliações do CPD.....	16

INTRODUÇÃO

A Cooperação para o Desenvolvimento é um fator chave no contexto das políticas externas dos Países Menos Avançados (PMA). No passado, era geralmente entendida como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), principal instrumento de medição e avaliação do contributo dos países mais avançados na melhoria das condições de vida dos PMA. O desenvolvimento de muitos países, inclusive Cabo Verde, esteve condicionado às contribuições financeiras dos diferentes atores da cooperação, tendo como principais parceiros Portugal, Luxemburgo, Holanda, Estados Unidos da América e a União Europeia.

A ajuda pública tem tradicionalmente contribuído para a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida em Cabo Verde. A materialização destas melhorias assumiu-se como elemento crucial no alcance dos níveis do Produto Interno Bruto *per capita* e do Índice de Desenvolvimento Humano. Esses que são dois dos três critérios, utilizados pelas Nações Unidas para mensurar o desenvolvimento e avaliar a saída da lista dos PMA.

Em janeiro de 2008, Cabo Verde tornou-se o segundo país do mundo a sair da lista dos PMA. O processo de desenvolvimento, que levou à saída da lista dos PMA foi reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso, porém deixou muitas dúvidas e incertezas, relativamente à capacidade do país em assegurar a continuidade do desenvolvimento económico e social tendo em conta as vulnerabilidades do país.

Neste contexto, torna-se pertinente aferir a perceção dos intervenientes e conhecedores do processo da graduação de Cabo Verde, sobre os dez (10) primeiros anos da graduação - saída da categoria dos PMA (2008 – 2018) e os respetivos impactos no desenvolvimento do país. É nesta conjuntura, que se enquadra a presente dissertação, que visa identificar o nível de conhecimento e concordância com as ações e políticas associadas a APD e seu contributo no desenvolvimento de Cabo Verde; posteriormente efetuar uma avaliação da metodologia e da relevância dos critérios (PIB, IDH e IVE) e dos limites estabelecidos pelo Comité de Políticas para o Desenvolvimento e por fim, aferir a perceção sobre a graduação de Cabo Verde e o respetivo impacto na continuidade do desenvolvimento económico e social .

Abordagem metodológica e estrutura da tese

Para a elaboração da dissertação foi importante a base bibliográfica, que se realizou tendo em conta os objetivos deste trabalho. Para as fontes estatísticas foram utilizados os dados das autoridades nacionais de Cabo Verde (Banco Central de Cabo Verde, Instituto Nacional das Estatísticas) e dos organismos internacionais (OCDE, ONU, Banco Mundial). No que concerne ao trabalho empírico, a coleta de informações se deu através da realização de um questionário virtual a uma amostra não probabilística. Os autores Hill e Hill (2008) defendem a pesquisa qualitativa como um meio que busca verificar um fenómeno por meio de observação e oferece melhor compreensão do problema, pois esta explora com poucas noções preconcebidas o resultado da investigação em causa.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No capítulo I é apresentada uma breve revisão da literatura com destaque para a descrição da categoria dos PMA. Neste âmbito serão apresentados os critérios e procedimentos por detrás do processo de graduação, onde será igualmente efetuada uma análise comparativa dos países já graduados. No capítulo II será apresentada o processo de graduação de Cabo Verde. Também será apresentada uma análise detalhada e evolutiva dos critérios exigidos para a saída da categoria de países menos avançados de forma a ilustrar os avanços apresentados em Cabo Verde.

O capítulo III é constituído pelo trabalho empírico realizado. Este capítulo está dividido em duas secções. Na primeira secção define-se a metodologia de investigação, com destaque para uma breve descrição do questionário e instrumentos de medida utilizados, o método de recolha de dados aplicado e o procedimento realizado para o tratamento estatístico. Na segunda secção realiza-se uma análise dos resultados obtidos e uma síntese das principais conclusões sobre a perceção dos primeiros 10 anos da graduação de Cabo Verde. Finalmente o quarto capítulo, é dedicado as conclusões da dissertação, bem como as pistas para uma futura investigação.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA

A cooperação para o desenvolvimento visa entre outros objetivos promover o desenvolvimento económico e o bem-estar da população nos PMA. Segundo Milani *et al*, (2014), a origem da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento tem como marco histórico o contexto da II Guerra Mundial e da Guerra Fria. No entanto, o autor observa que diferentes concepções e práticas de cooperação internacional já existiam em outros períodos, nomeadamente nos Estados Unidos, através de programas pontuais de ajuda humanitária, bem como nalguns países europeus, através de projetos de assistência técnica e de apoio ao desenvolvimento das colónias.

A partir de 1945, esse conjunto de experiências temporárias, movidas por interesses políticos, diplomáticos e humanitários, institucionalizou-se como um conjunto de normas e práticas de atores e agendas mais definido e organizado, que passaram a orientar o modo de atuação dos Estados, no âmbito das relações internacionais entre os países centrais e periféricos do sistema capitalista. Nesse contexto, as disputas económicas, políticas e ideológicas, foram fatores determinantes, que marcaram o processo de institucionalização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Além desses fatores, a reconstrução da Europa no pós-guerra e o processo de descolonização em África, Ásia, Caribe e Pacífico, nos anos de 1950 a 1970, bem como a emergência do modelo económico nacional-desenvolvimentista também foram fatores determinantes para a compreensão da sua consolidação (Milani *et al.*, 2014).

A APD foi um produto do pós – II Guerra Mundial e da nova ordem internacional que foi sendo criada com as independências de vários países da Ásia e da África. As principais regras do conceito da APD foram definidas logo no final dos anos de 1960, na sequência da criação do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)¹ em 1961.

¹ Em 1948 foi criada a Organização de Cooperação Económica Europeia (OECE), cujo objetivo era ajudar a gerir o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a segunda Guerra Mundial. Em 1961, a OCEE reformou e deu lugar à atual OCDE, que é composta por 36 países considerados desenvolvidos.

De acordo com o CAD², a APD é o conjunto de recursos – sejam créditos, donativos ou transações de capital – disponibilizados pelos chamados Países Doadores ou Organizações Internacionais aos Países e Territórios em Desenvolvimento, através de organismos públicos a nível local, central ou agências, com o objetivo de promover a melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social e a promoção dos direitos humanos desses países. A APD pode ser canalizada para os países de destino de forma bilateral (ajuda direta a um programa ou a um país) ou de forma multilateral (contribuições para orçamentos de organizações internacionais).

Entre os critérios desta definição estão (i) a exigência de que esses fluxos contribuam para o desenvolvimento económico e bem-estar dos países recetores da ajuda; (ii) que efetivamente se destinem maioritariamente aos PMA que constam da lista elaborada pelo CAD; e que (iii) essa transferência de recursos seja efetuada por via de donativo ou de empréstimos com um carácter concessional, possuindo um elemento de doação de pelo menos 25%. A composição da APD inclui apenas os fundos canalizados pelo setor público, não inclui toda a diversidade de outros fluxos, como por exemplo os fluxos privados ou donativos através de Organizações não Governamentais (ONG).

Ao longo das várias décadas, foram assumidos a nível internacional compromissos de aumento da APD, o principal dos quais assume o objetivo de cada doador conceder 0,7% do seu PIB à APD destinada aos PMA. Apesar deste compromisso datar nos anos 1970, apenas na década de 2000, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a assinatura do Consenso de Monterrey em 2002, a meta foi reconhecida no seio das principais organizações internacionais e assumida pela generalidade dos países doadores. Em 2018, apenas cinco países - Suécia, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca e Reino Unido cumpriram o objetivo estabelecido pela ONU e concederam 0,7% do PIB à APD (OCDE).

O conceito da APD tornou-se imprescindível na medição e avaliação do contributo que os países mais desenvolvidos dão para apoiar o desenvolvimento dos países recetores da ajuda. Porém, no que tange à classificação do desenvolvimento dos países, não existe uma definição ou critérios unificados para identificá-los. Um dos critérios comumente utilizados

²<http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/What-is-ODA.pdf>

é o económico, baseado na ideia de que a riqueza está ligada ao desenvolvimento, assim, poder-se-ia medir o desenvolvimento de um país quando o rendimento *per capita* atinge um determinado limiar.

Esta perspetiva de apreciação do desenvolvimento à base do rendimento *per capita* foi refutada por Amartya Sen. De acordo com a sua obra “Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação” publicada em 1981, o desenvolvimento não pode ser analisado apenas sob o viés restritivo do crescimento do PIB e do rendimento das famílias, índices de consumo e industrialização. O autor argumenta que a fome não é causada apenas por falta de alimento, mas também pela dificuldade de acesso ao mesmo e que em uma sociedade com fraco poder de compra, pode vir a ter fome mesmo havendo alimentos disponíveis, dada as condições de mercado existentes. Segundo Damásio e Mah (2011), uma das limitações do PIB enquanto indicador para compreender a complexidade do desenvolvimento é a não existência de cobertura de dados, sobretudo ao nível dos PMA. E que sem a existência de dados e de informação credíveis não é possível obter decisões e/ou escolhas cabais e nem, tão pouco, é exequível a avaliação e a apreciação de políticas de desenvolvimento dos países.

Esta teoria de desenvolvimento também foi defendida por Haq (1995), na sua obra intitulada “*Reflections On Human Development*” onde explica que as pessoas como agentes de mudanças de desenvolvimento eram frequentemente esquecidas e realça que após muitas décadas de desenvolvimento redescobriu-se o óbvio – que as pessoas são os meios e o fim de desenvolvimento. O autor relaciona a base dessa abordagem a vários conceitos, como por exemplo, necessidades básicas, qualidade de vida física, disparidades nas condições de vida e observa as contribuições de algumas organizações internacionais e organizações humanitárias.

Sen e Haq foram os que tiveram um papel mais ativo na promoção da teoria do Desenvolvimento Humano. Isto levou a que criassem um outro critério para mensurar o desenvolvimento dos países - o IDH, considerando não apenas os fatores económicos, mas também os sociais. Segundo Sen (2010), o desenvolvimento de uma sociedade dá-se pelo bem-estar social, e não apenas pela prosperidade económica. Segundo o autor, “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades económicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, tais como a boa saúde, a educação básica e o incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”.

Nesta sequência, além do PIB *per capita*, o IDH passa a ser um outro critério utilizado para medir o desenvolvimento. O IDH é usado para medir os avanços de cada país não somente tendo por base a economia, mas também, indicadores como a saúde e a educação.

A falta de consenso sobre a definição de desenvolvimento de um país traduz-se numa proliferação de classificações e categorias de países introduzidas pelas diferentes Organizações Internacionais (Fialho e Van Bergeijk, 2016). O número de classificações aumentou de quatro em 1985 para dezassete em 2013. A título exemplificativo, o Fundo Monetário Internacional, através do PIB, considera economias avançadas, economias emergentes e economias em desenvolvimento, enquanto a ONU, através do IDH, classifica os países em desenvolvimento humano muito alto, alto, médio e baixo.

O conceito de desenvolvimento acaba sendo bastante ambíguo e nalguns casos gera até alguma incoerência por parte das organizações internacionais na definição das políticas e prioridades de apoio ao desenvolvimento. Isto porque são vários os fatores que impactam o desenvolvimento. O baixo nível de desenvolvimento de muitos países é provocado por uma multitude de fatores que variam de país a país, como: catástrofes naturais, elevado crescimento demográfico, deficientes condições sanitárias, acesso restrito à educação, predominância da agricultura de subsistência, dependência comercial, entre outros.

Nesta perspectiva, constata-se que o desenvolvimento dos países exige políticas adaptadas a cada contexto. A posição defendida por Hulme (2015) não deixa de ser interpeladora e merecedora de consideração. Ele alerta e exorta para a importância do reconhecimento da heterogeneidade dos países, analisar além das estatísticas, para que seja possível definir estratégias específicas, privilegiando as necessidades dos países em detrimento das várias influências dos doadores na escolha do tipo de crescimento económico a adotar, permitindo assim efetivar o desenvolvimento.

1.1 O processo de graduação dos Países Menos Avançados

A categoria dos PMA foi estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1971. Os PMA são um grupo internacionalmente definido de economias altamente vulneráveis e estruturalmente restritas com níveis extremos de pobreza, possuem valores baixos para os indicadores (PIB *per capita*, IDH, IVE) em relação aos valores obtidos pelos países desenvolvidos. Em 1971, o grupo dos PMA era composto por 25 países, em 2013 por 50 países e em 2018 por 47 países³. Inclui países da África, da Ásia e das Caraíbas, compreendem aproximadamente 13% da população mundial, mas representam menos de 1,3% do PIB mundial e aproximadamente 0,9% do comércio mundial.⁴

Desde o estabelecimento da categoria dos PMA, foram reconhecidos os desafios enfrentados por esses países e foram desenvolvidas medidas de apoio para ajudá-los a ultrapassar esses problemas. As medidas de apoio associadas ao *status* de PMA estão relacionadas com preferências comerciais; financiamentos; acesso a medidas especiais e programas de assistência técnica oferecidos por várias agências internacionais. Em teoria uma percentagem elevada da APD deveria ser prioritariamente destinada aos PMA⁵.

1.2 Critérios e procedimentos do processo de graduação

A gestão do processo de graduação, entendida como a saída de um país da lista de PMA é da responsabilidade primeira da ONU e dos países implicados. As decisões sobre inclusão e graduação na lista de PMA são tomadas pela Assembleia Geral, com base nas recomendações do Comité de Política para o Desenvolvimento (CPD), apoiadas pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC). A avaliação da evolução dos PMA é feita pelo CPD, que analisa a lista dos países a cada três anos (revisões trienais), para identificar quaisquer países que possam se qualificar para inclusão ou graduação no grupo dos PMA⁶.

³ <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/2018CDPhandbook.pdf>

⁴ World Trade Organization (WTO), *World Trade Statistical Review (Geneva, 2017)*.

⁵ <http://ldcnews.com/what-are-least-developed-countries/legal-benefits-of-being-an-ldc-and-graduation/>

⁶ A graduação dos PMA ocorre de acordo com a resolução 46/206 da Assembleia Geral (20/12/1991).

Os países são identificados para inclusão e graduação na lista de PMA, comparando suas pontuações dos três critérios utilizados com os limites estabelecidos pelo CPD: (i) PIB per capita; (ii) IDH e (iii) Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE). O PIB *per capita* serve como uma medida do rendimento e do nível global de recursos disponíveis para um país, enquanto o IDH e o IVE medem os principais impedimentos estruturais ao desenvolvimento sustentável. O IDH e o IVE são índices compostos por vários indicadores.

(i) PIB per capita

O PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período, e indica o *status* geral do rendimento de um país. Como um dos critérios da graduação, é calculado de acordo com o método do Atlas do Banco Mundial⁷.

O limite de graduação é definido em 1.230 USD, equivalente a 20% acima do limite de inclusão (1.025 USD). Seu papel como um dos critérios da graduação é duplo, ou seja:

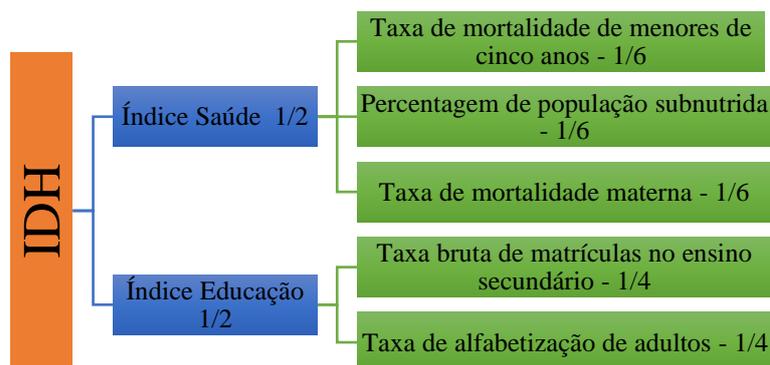
- O PIB *per capita* pode ser utilizado como único critério para a graduação, quando a média dos três anos for o dobro do limite de graduação, ou seja, 2.460 USD;
- Se o e IDH e IVE forem simultaneamente cumpridos, o país sai da categoria de PMA, mesmo se o limite do PIB *per capita* for inferior ao limite estabelecido

(ii) Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é uma medida concebida pela ONU para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento económico de uma população. O IDH é composto por cinco indicadores agrupados em índices de saúde e de educação.

⁷O método Atlas consiste no cálculo das flutuações cambiais utilizando uma média dos últimos 3 anos.

Figura 1: Composição do IDH



Fonte: ONU (2015)

Anualmente é elaborado o Relatório de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O nível do desenvolvimento humano varia de zero a um, revelando que quanto maior a proximidade de 1, mais desenvolvido é o país. Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados países de desenvolvimento humano médio e países com índice superior a 0,800 são classificados como desenvolvimento humano alto⁸.

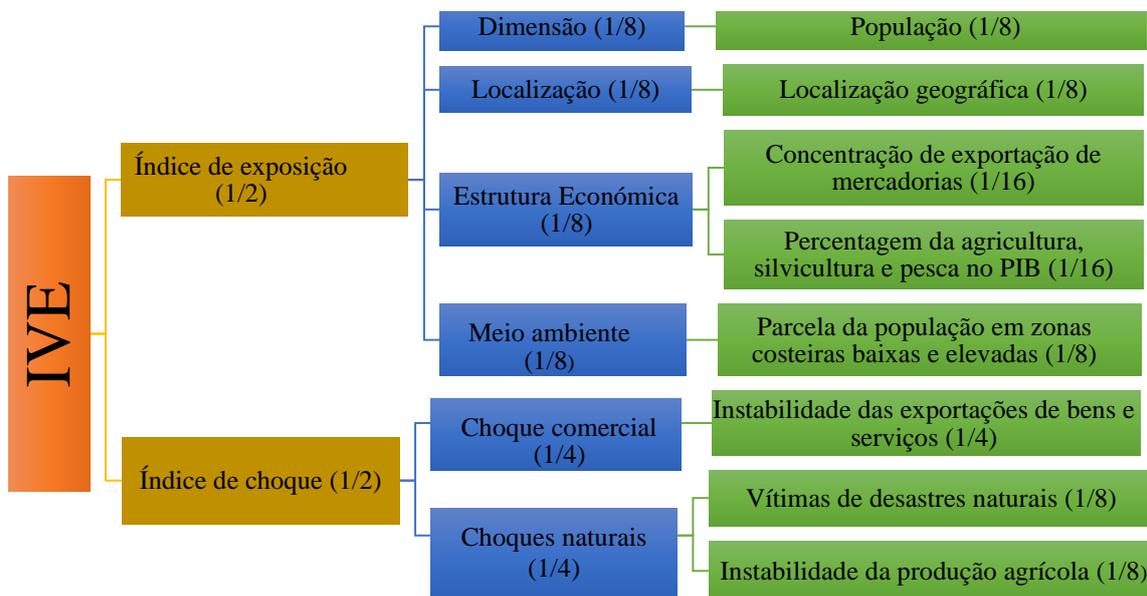
(iii) Índice de Vulnerabilidade Económica

Segundo o Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (DESA) da ONU, a vulnerabilidade económica é entendida como um obstáculo estrutural ao desenvolvimento de um país. Quanto maior for o IVE maior será o nível de vulnerabilidade económica, ou seja, uma alta vulnerabilidade sinaliza grandes impedimentos estruturais ao desenvolvimento. O IVE é composto por oito indicadores agrupados em dois índices.

Conforme a figura 2 abaixo indicada, encontram-se descritos os indicadores que o compõe e os seus respetivos pesos relativos que refletem o risco, e o qual devem contar com ações mais contundentes do governo para o equilíbrio do desenvolvimento económico.

⁸ Dados do PNUD.

Figura 2: Composição do IVE



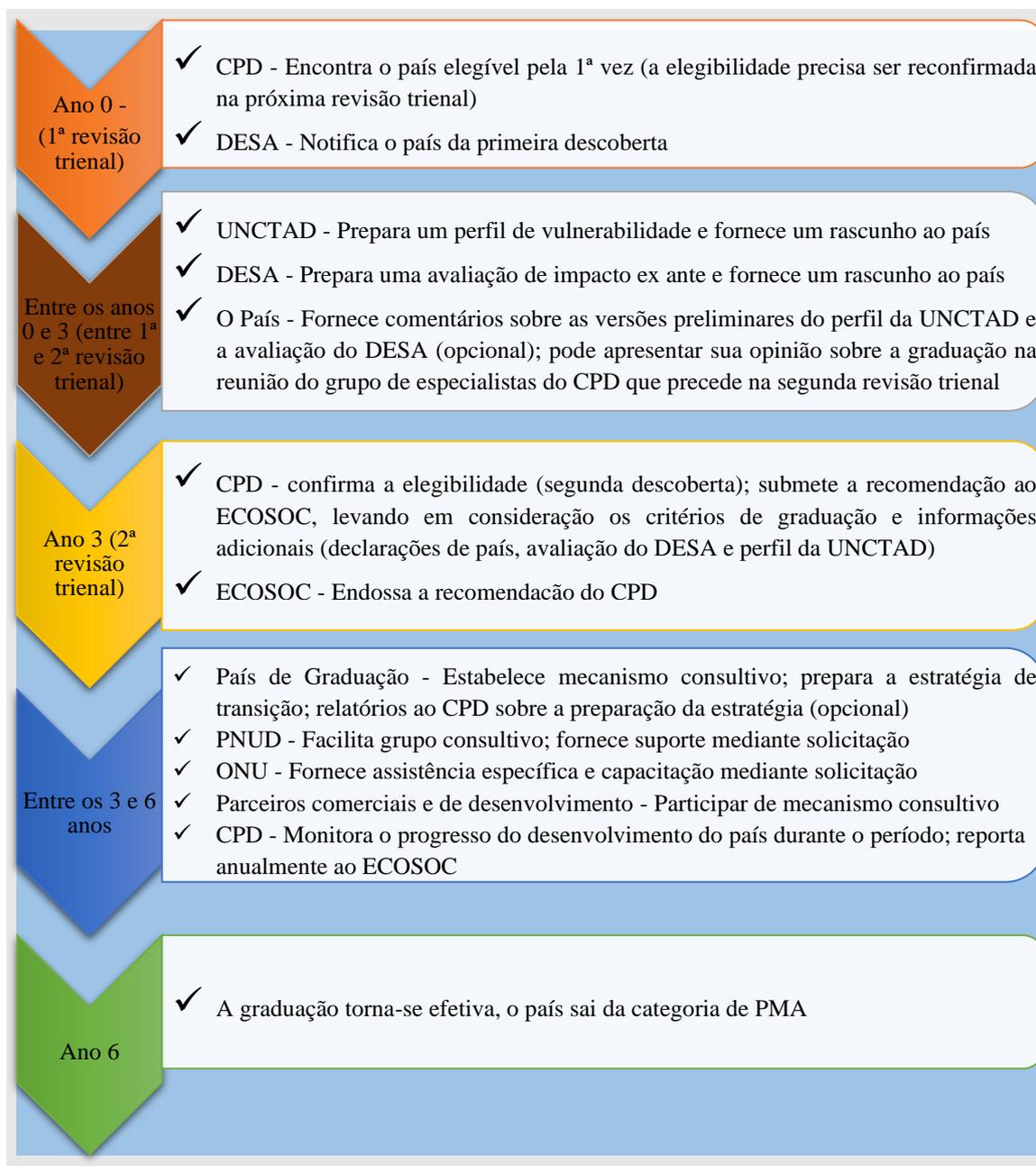
Fonte: ONU (2015)

Desde 2015, para determinar a elegibilidade de inclusão e graduação, o CDP estabeleceu o limite de inclusão em 36 e o limite de graduação foi estabelecido em 10% abaixo do limiar de inclusão em 32. Ao contrário da inclusão, a graduação da categoria de PMA não depende do consentimento do governo. O processo ocorre ao longo de vários anos, para que os países tenham tempo para arquitetar uma transição suave para fora da categoria. Além disso, há uma assimetria deliberada nos processos de inclusão e graduação para garantir que os países não se graduem prematuramente.

Preenchendo os requisitos e os limites dos critérios estabelecidos pelo CPD, a graduação torna-se efetiva, os países saem da lista dos PMA. As exigências da graduação são a realização de dois critérios em duas avaliações seguidas e alternativamente se o PIB *per capita* for pelo menos o dobro do limite mínimo estabelecido.

Conforme ilustrado na figura 3, seguem os procedimentos para saída da categoria de PMA⁹.

Figura 3: Processo e procedimentos para a saída da categoria de PMA



Fonte: ONU (2015)

⁹<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-graduation.html>

Até 2018, apenas 5 países saíram da lista dos PMA: Botswana, Cabo Verde, Maldivas, Samoa e Guiné Equatorial¹⁰. O PIB *per capita* foi o único critério alcançado por todos esses países, ou seja, além saírem da categoria dos PMA são igualmente considerados países de rendimento médio. O IDH foi o critério alcançado por todos, exceto a Guiné Equatorial que, no entanto, foi o único a atingir o limiar estabelecido para o IVE, justificado pelas altas taxas de exportação e receitas provenientes da exploração do petróleo.

Tabela 1: Análise comparativa dos países graduados

Crítérios	Limite da graduação	Botswana	Cabo Verde	Maldivas	Samoa	Guiné Equatorial
Ano de Graduação		1994	2007	2011	2014	2017
PIB per capita (USD)	≥ \$ 1.230	6845	3161	9200	4124	9665
IDH	≥ 66	79	89,5	91,4	94,1	58,4
IVE	≤ 32	45,5	35,9	50,9	39,7	27,8

Fonte: ONU (2017)

O estabelecimento da categoria PMA representou um passo importante no reconhecimento da situação dos países em situações socioeconómicas mais desfavorecidas e da necessidade de tratá-los de maneira mais favorável. Enquanto PMA, beneficiam de uma grande facilidade e incentivo para o comércio nomeadamente, um tratamento especial e diferenciado pela União Europeia, acesso ao financiamento através da APD e o recurso aos empréstimos concessionais das organizações financeiras internacionais.

O financiamento do desenvolvimento para os países graduados, particularmente os economicamente mais vulneráveis, torna-se um desafio. Isto porque, teoricamente, os benefícios enquanto PMA são excluídos como consequência da graduação, originando várias incertezas relativamente a capacidade de o país continuar a assegurar os níveis de exigências do desenvolvimento sem ter de recorrer às medidas de apoio internacional.

¹⁰ <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-graduation.html>

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE GRADUAÇÃO DE CABO VERDE

Em janeiro de 2008, Cabo Verde tornou-se o segundo país do mundo a sair da lista de PMA. A graduação foi reconhecida internacionalmente e identificada como uma história de sucesso, mas várias são as incertezas e exigências para garantir a continuidade do desenvolvimento económico e social tendo em conta as vulnerabilidades do país.

2.1 Caracterização sumária de Cabo Verde

Cabo Verde é um país insular localizado num arquipélago formado por dez ilhas vulcânicas na região central do Oceano Atlântico, a cerca de 570 quilómetros da costa da África Ocidental. Foi descoberto em 1460 por navegadores portugueses e foi o primeiro país colonizado por Portugal. Alcançou a independência em 1975 e desde 1991 possui um regime multipartidário.

É Estado de direito democrático e goza de uma situação política e social estável. Considerado um dos países mais bem governados na África (4º lugar no *ranking* Mo Ibrahim¹¹), e continua a ser o mais bem colocado dos países de língua oficial portuguesa (Fundação Mo Ibrahim, 2020)¹². Tem sido particularmente um bom exemplo, na elaboração de boas práticas de governação, da estabilidade política e combate a corrupção, fatores esses que contribuem em grande medida para a boa eficácia da APD.

No contexto económico é de realçar o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Portugal que desde 1998 permitiu o estabelecimento de uma paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano (ECV) e o Escudo Português, atualmente existe uma paridade fixa com o Euro (BCV, 2018).

¹¹ O Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG) é uma ferramenta que mede e monitora o desempenho da governança nos países africanos.

¹² Fonte: <https://mo.ibrahim.foundation/>

É um Estado muito vulnerável e sobretudo exposto a riscos e choques externos (fluxos turísticos, investimento direto externo, remessas de emigrantes, APD). Segundo os dados do Banco de Portugal¹³, em 2019 a solidez das receitas do turismo (26% PIB) e as remessas de imigrantes (11% do PIB) compensaram a queda das transferências de oficiais.

Tabela 2: Principais indicadores macroeconómicos de Cabo Verde

Principais Indicadores	2007	2010	2015	2017	2019
PIB (milhões ECV)	121.974	138.569	158.699	171.673	182.964
PIB (real %)	7,9	1,5	1	3,7	5,7
Taxa de Desemprego (%)	15,2	10,7	12,4	12,2	11,3
Remessas Emigrantes (em % PIB)	9,1	8,5	12,5	11,3	11,1
Receitas Brutas de Turismo (em % PIB)	19,3	16,1	20,6	24	25,6
IDE (em % PIB)	12,6	9,6	6	6,8	5
APD (em % PIB)	11	20	10	7	n.d
Stock da Dívida Externa (em % PIB)	39	51	97	91	91

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças, OCDE

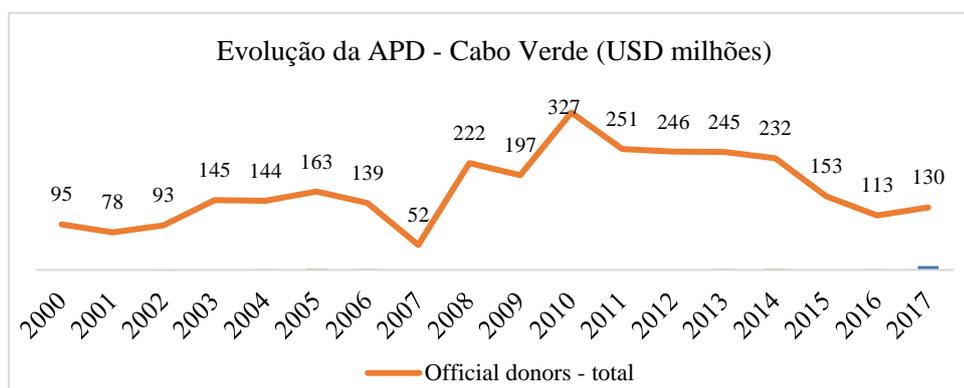
Os fatores socioeconómicos e políticos, como a estabilidade política, a democracia, a boa governação, tem vindo a ter grandes impactos no desenvolvimento económico e social do país. A redução da pobreza, permitiu ao país realizar grandes avanços sociais e económicos desde a sua independência, contribuindo para a formulação da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a saída de Cabo Verde do grupo dos PMA.

2.2 Impacto da APD na graduação de Cabo Verde

Cabo Verde é um país com pouco ou quase nada de recursos naturais e cuja viabilidade e desenvolvimento dependem em grande medida das relações de cooperação internacional. A ajuda bilateral e multilateral, teve e tem desempenhado um papel reconhecido no seu desenvolvimento socioeconómico. Conforme demonstrado por Cardoso (2002), no início da década 1990, a ajuda bilateral era direcionada por ilhas, cada país centrava a sua ajuda em uma ou duas ilhas, acordando o apoio com as autoridades locais.

¹³ Banco de Portugal (2019) - https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/evolucao_das_economias_dos_palop_e_de_timor_leste_2018_2019.pdf

Gráfico 1: Evolução da APD – Cabo Verde

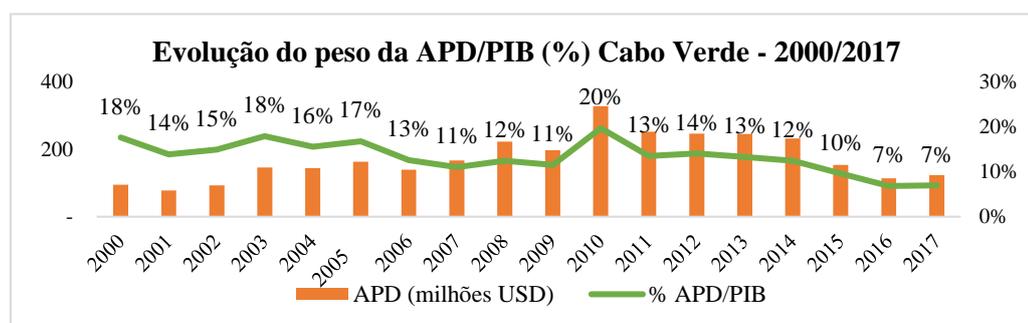


Fonte: OCDE/CAD

A Holanda e o Luxemburgo foram países com grande apoio ao desenvolvimento de Cabo Verde. Após a graduação, Cabo Verde deixou de constar na lista dos países beneficiários da ajuda holandesa. Ainda em 2017, o Luxemburgo permanecia como um dos principais doadores bilaterais, juntamente com Portugal, EUA, França, entre outros. O principal parceiro multilateral de Cabo Verde é a União Europeia, que entre 2016 e 2017 constou como o principal doador, cuja média anual da ajuda da canalizada foi de aproximadamente 36,3 bilhões de dólares. Cabo Verde também está a reforçar a cooperação Sul-Sul, especialmente com a China, para tirar partido da sua posição estratégica privilegiada para o comércio transatlântico (OCDE - 2014/2017).

De acordo com os dados da OCDE, há que salientar uma tendência de diminuição da ajuda, tendo passado de aproximadamente 327 milhões de dólares em 2010 para 123 milhões de dólares em 2017, registando uma redução de 62%. Igualmente constata-se que o peso da APD no PIB reduziu quase 65% entre 2010 e 2017.

Gráfico 2: Evolução da APD sobre o PIB



Fonte: OCDE, Banco Mundial - (2000/2017)

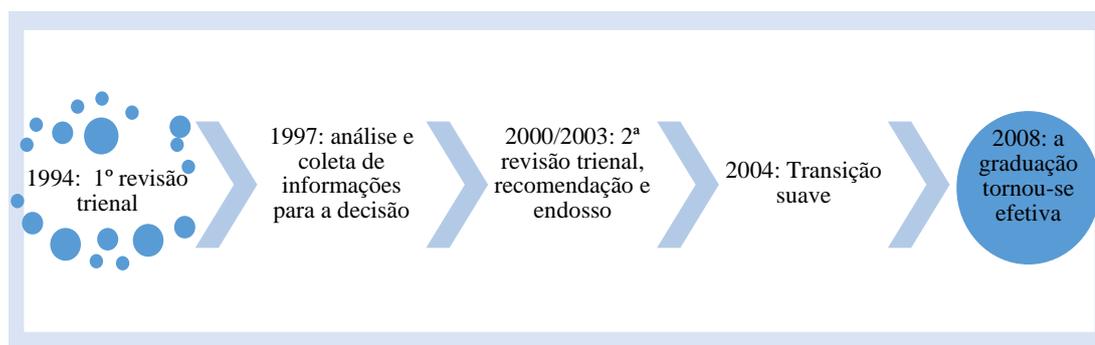
A ajuda externa recebida foi canalizada em setores estruturais (economia, educação, saúde, ambiente, governação, etc.). O investimento em infraestrutura sociais e serviços (uma média de 40% da APD¹⁴) permitiram suavizar problemas socioeconómicos e impactar positivamente no alcance de alguns dos ODM como demonstrado pelo gráfico 4 e na qualidade de vida da sociedade em geral, como proposto por Mendes (2010, p. 131):

“A Ajuda Pública é um fator imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, contribui, em geral, para a melhoria de infraestruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos setores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas nos últimos anos.”

2.3 Evolução do processo de graduação de Cabo Verde

O processo de graduação de Cabo Verde ocorreu com quatro avaliações do Comité de Políticas de Desenvolvimento – 1994, 1997, 2000, 2003. Em 1994 iniciou-se o processo de revisão trienal. Em 1997, Cabo Verde foi considerado como um candidato elegível à graduação da lista dos PMA. Entre 2000 e 2003, preencheu dois dos três critérios de graduação, a saber, o do nível de PIB *per capita* e o do IDH.

Figura 4: Processo de Graduação de Cabo Verde – Avaliações do CPD



Fonte: ONU/Cabo Verde

¹⁴ OCDE (2017).

Em Maio de 2006, foi estabelecido o mecanismo consultivo¹⁵, designado Grupo de Apoio à Transição (GAT)¹⁶, para preparar uma estratégia de transição (“transição suave”) que ajustasse à eliminação progressiva das medidas de apoio associadas aos PMA, bem como a um Grupo de Apoio composto por entidades governamentais e doadores multilaterais e bilaterais para alinhar o apoio dos doadores em torno da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, inclusive para apoio à formulação e implementação da estratégia de transição.

Em janeiro de 2008 ocorreu a graduação efetiva, Cabo Verde tornou-se o segundo país a sair da lista de PMA, depois do Botswana em 1994.

Tabela 3: Critérios de graduação - Cabo Verde

Critérios	Limites da graduação	2000	2003	2006	2007
PIB per capita (USD)	1.230	1.089	1.323	1.487	3.161
IDH	≥ 66	72,64	72,02	82,1	89,5
IVE	≤32	56,98	55,54	57,92	35,9

Fonte: ONU (2015)

O processo de desenvolvimento que levou Cabo Verde à graduação foi reconhecido internacionalmente. Contudo, muitas foram as dúvidas e incertezas relativamente à capacidade do país em continuar a assegurar o desenvolvimento sem o apoio de que beneficiava como PMA, dado que, teoricamente, são excluídas, como efeito da graduação.

Cabo Verde’s economic transition has been characterised as a “success story”. In 2007, the country was the second to graduate from the least developed country (LDC) category, and its progress to achieve the Millennium Development Goals (MDGs) has been exceptional. Yet, graduation from LDC to lower middle-income country (LMIC) has not guaranteed the country long-term sustainable development. On the contrary, the risk of potential setbacks has never been greater as the country enters the “MIC grey area”. (OCDE, 2018, p. 6.)¹⁷

¹⁵<http://www.un.cv/ajuda.php#2>

¹⁶O GAT incluía o Governo de Cabo Verde, as instituições (BAD, Banco Mundial, UE, ONU) e os parceiros bilaterais (Espanha, Estados Unidos da América, França, Luxemburgo e Portugal).

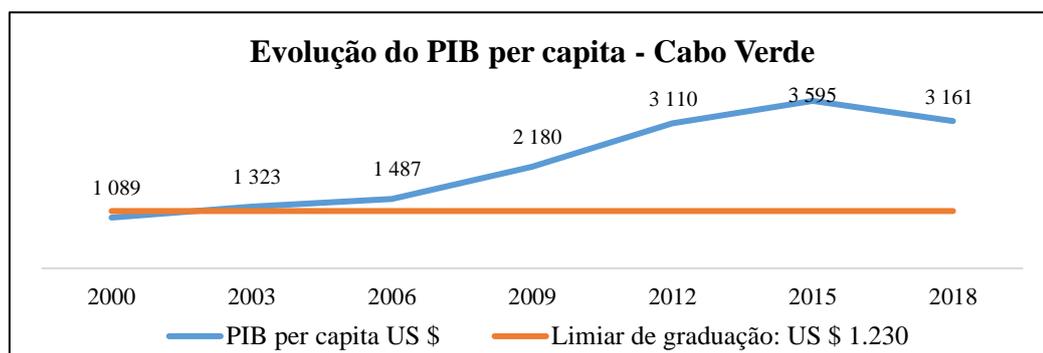
¹⁷*Transition Finance in Least Developed Countries and Small Island Developing States: Cabo Verde Country Pilot* – 2018.

2.4 Cabo Verde e os critérios de graduação

(i) O PIB *per capita* de Cabo Verde

Conforme descrito no capítulo 2, o limite de graduação é definido em 1.230 USD, equivalente a 20% acima do limite de inclusão. O limite de graduação somente com base no rendimento é o dobro da graduação (2.460 USD – revisão 2018).

Gráfico 3: Evolução do PIB per capita em Cabo Verde



Fonte: Banco Mundial, ONU

Registou-se um aumento equivalente seis vezes do PIB *per capita*. Isto é, nos anos 1986, os números apontavam para 500 USD, aumentando para mais de 3.000 USD em 2008. Tendo em conta, o facto do crescimento do PIB, traduzir-se em melhorias de bem-estar para a população, após a análise dos níveis de pobreza nas zonas rurais e periféricas das ilhas, nomeadamente, Santiago, São Vicente, Sal e Boavista¹⁸ envolta tamanhas controvérsias.

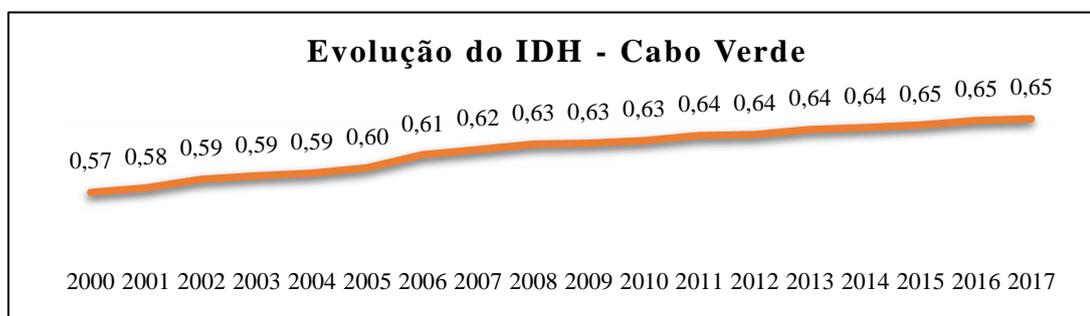
(ii) Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde

O IDH é utilizado para identificar a categoria dos países e para medir o impacto das políticas económicas no bem-estar da população. Desde 2015 o limite de inclusão foi definido em 0,60 e o de graduação foi estabelecido em 10% acima do limite de inclusão (0,66). O valor do IDH de Cabo Verde, desde 2006 o tem sido superior a 0,6 pontos, colocando o país na categoria de desenvolvimento médio. Em 2017 situava-se na posição

¹⁸ <http://ine.cv/pobreza/>

125 no *ranking* do IDH (no total de 189 países), subindo uma posição em relação ao ano 2016, passando de 0,652 para 0,654 pontos¹⁹.

Gráfico 4: Evolução do IDH - Cabo Verde



Fonte: PNUD (2018)

Segundo o gráfico 4, constata-se que desde 2000 Cabo Verde vem melhorando a sua performance no IDH tendo a sua pontuação aumentado de 0,57 em 2000 (quando o índice foi publicado pela primeira vez) para 0,654 em 2017. Cabo Verde ultrapassa a média da África Subsaariana que é de 0,502 e tem tido o melhor desempenho no ranking dos países africanos de língua oficial portuguesa²⁰.

Tabela 4: Evolução dos indicadores do IDH

Indicadores IDH	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Mortalidade infantil (até 5 anos) por 1.000	63,98	56,5	36	36	24	26	21,4
Mortalidade materna por 100.000							42
Taxa de população desnutrida	143,6	173,6	2,5	15	11,0	9,9	13,7
Taxa de alfabetização	69,4	73,8	76	83,8	85	85,3	86,8
Taxa de matrícula no primário e secundário	83	54	70	79,3	87,5	92,7	92,9

Fonte: ONU/Cabo Verde

As realizações dos indicadores dos IDH tiveram uma correspondência direta com as metas e indicadores dos ODM. Porém convém salientar, que as elevadas taxas de matrículas e de alfabetização não traduzem por si só na qualidade da educação, sendo necessário criar indicadores alternativos que possam permitir uma melhor análise da educação e da sua relevância.

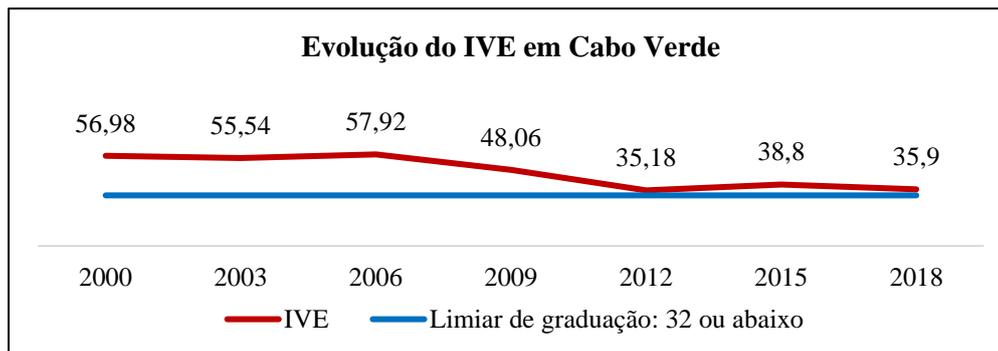
¹⁹ Fonte: PNUD - <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/cabo-verde>

²⁰ *United Nations Development Program (2013), Human Development Report*. UNDP. Nova York. Fonte: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf> <https://data.undp.org/dataset/Table-1-Human-Development-Index-and-its-components/wxub-qc5k>

(iii) Índice de Vulnerabilidade Económica de Cabo Verde

O IVE é uma medida de vulnerabilidade estrutural a choques económicos e ambientais. Desde 2015, o CDP estabeleceu o limite de inclusão em 36 e o limite de graduação em 32 (10% abaixo do limiar de inclusão).

Gráfico 5: Evolução do IVE em Cabo Verde



Fonte: ONU/Cabo Verde

De acordo com o gráfico 5, constata-se que o IVE de Cabo Verde se mantém, todavia, acima do limiar de saída. Ressalta-se que vulnerabilidades e entraves estruturais são característicos de uma economia pouco diversificada, dependente do turismo, exposta à alta volatilidade do comércio e fortemente dependente de fatores externos. Importa ressaltar que o próprio turismo como atividade económica preponderante comporta múltiplas vulnerabilidades. A pandemia COVID-19 ilustra bem as vulnerabilidades da indústria turística, que depende de um número reduzido de operadores turísticos (maioritariamente atores externos) que são os principais beneficiários dos lucros e de incentivos fiscais.

Com uma localização geográfica suscetível a riscos climáticos e uma insularidade fragmentada sobre dez ilhas, que acarretam consequências significativas sobre os custos das infraestruturas de base e dos serviços essenciais, afeta negativamente a resiliência da economia e das famílias e, conseqüentemente, dificulta o alcance do limiar estabelecido para o IVE.

É de salientar que os cálculos de todos os indicadores do IVE são baseados nas definições dos critérios aplicáveis ao ano correspondente. Ressalta-se ainda que, devido as revisões de dados, mudanças nas fontes, na metodologia e na composição dos índices, os

mesmos não são comparáveis entre as revisões trienais. Sem esquecer da comparabilidade de dados de países com estrutura económica diferenciada e sistemas estatísticos díspares. Assim sendo, um dos aspetos importantes a serem considerada pela ONU, é um repensar do limite exigido mediante a metodologia e composição dos índices e do país em análise.

Tabela 5: Evolução dos indicadores do IVE (2000/2018)

Indicadores IVE ²¹	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
População	398667	446212	506807	542422	500585	498897	539560
Localização geográfica			0,580	41,963	46,966	46,528	46,522
Concentração de exportação de mercadorias	0,327	0,435	0,48	0,48	0,44	0,44	0,33
Instabilidade das exportações bens e serviços	13,7	13,20	13,44	8,51	7,68	9,71	9,95
% Agricultura, silvicultura e pesca no PIB			6,2	9,9	7,8	9,2	9,4
População em zonas costeiras					12,68	5,64	5,64
Vítimas de desastres naturais					0,530	0,525	0,477
Instabilidade da produção agrícola	18,47	21,56	15,96	10,67	7,22	10,26	7,37
IVE	56,4	55,4	57,9	48,1	35,2	38,8	35,9

Fonte: ONU/Cabo Verde – 2000/2018

Com base nos dados acima referidos, nota-se que os critérios IDH e PIB per capita continuaram a ter uma evolução positiva após a graduação, porém passados 10 anos o IVE continua ainda abaixo do limiar estabelecido. O *stock* da dívida pública, entre 2007 e 2015 apresenta uma trajetória ascendente, justificado pela diminuição dos donativos e pelo aumento das despesas correntes, o que levou o estado a recorrer tanto ao financiamento externo como interno para suprir as suas necessidades. As vulnerabilidades exigem uma atenção especial e há que criar estratégias e medidas eficientes para mitigar os riscos de retrocesso de desenvolvimento económico e social e salvaguardar a graduação do país.

"Com uma economia baseada em serviços, um mercado de dimensões exíguas e uma agricultura que luta contra a desertificação e a escassez das chuvas, não podemos ignorar as grandes vulnerabilidades de que padecemos e, por isso, sabemos que não nos podemos deslumbrar com o facto de termos sido graduados²²".

²¹ <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-data-retrieval.html>

²² Discurso do Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde na 73ª Assembleia Geral da ONU. – setembro de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=14&v=7qQvz6Qj6mU&feature=emb_logo

CAPÍTULO III

ESTUDO DE PERCEÇÃO SOBRE A 1ª DÉCADA DA GRADUAÇÃO DE CABO VERDE

3.1 Metodologia utilizada

O questionário (Anexo 1) foi elaborado com base nos pontos abordados na revisão da literatura. O questionário foi estruturado em 3 partes distintas. A primeira parte do questionário visa identificar qual o nível de conhecimento e concordância das ações e políticas associadas a APD (fluxos, canais de distribuição, setores de canalização) bem como avaliar a percepção sobre o contributo da APD no desenvolvimento de Cabo Verde.

A segunda parte foca-se nos critérios (PIB, IDH e IVE) e limites estabelecidos pelo Comité de Políticas para o Desenvolvimento para inclusão e graduação na lista de PMA e consiste numa avaliação do inquirido em relação a metodologia e a relevância dos critérios utilizados.

A terceira parte é específica para compreender e descrever a apreciação dos inquiridos sobre os limites e critérios que levaram a saída de Cabo Verde da lista dos PMA e apresentar a opinião dos inquiridos sobre a continuidade do desenvolvimento económico e social.

A maioria dos itens do questionário foi medida com base numa escala de *Likert*, com cinco pontos. Foi aplicado propositadamente aos intervenientes e conhecedores do processo de saída de Cabo Verde da lista de PMA.

Foi realizado virtualmente, através da plataforma de pesquisas online - *SurveyMonkey* e divulgada online através de e-mail e redes sociais (Facebook, WhatsApp). Esteve disponível entre os dias 19 de abril a 17 de maio de 2020, onde foram obtidos 28 questionários utilizáveis.

Tabela 6: Síntese Metodológico do Questionário

Síntese metodológico do questionário	
Instrumento de recolha de dados	Questionário
Amostra	Não Probabilística
Público-alvo	Doadores bilaterais/multilaterais, Membros do setor publico, representantes do setor privado e da sociedade civil
Nº de questionários enviados	64
Nº de questionários respondidos	28

Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

Tendo em conta os objetivos do estudo o questionário foi aplicado propositadamente aos intervenientes e conhecedores do processo de saída de Cabo Verde da lista de PMA, o que influenciou a dimensão da amostra e a representativa do universo em estudo. A nível da categorização do público-alvo, o número de inquiridos identificados como doadores bilaterais ou multilaterais foi muito pouco representativo, devido a dificuldade de contato.

3.2 Apresentação e discussão dos resultados obtidos

Relativamente a esta amostra pode observar-se que a maioria dos inquiridos (54%) são representantes do sector público, seguidos dos representantes do sector privado (21%).

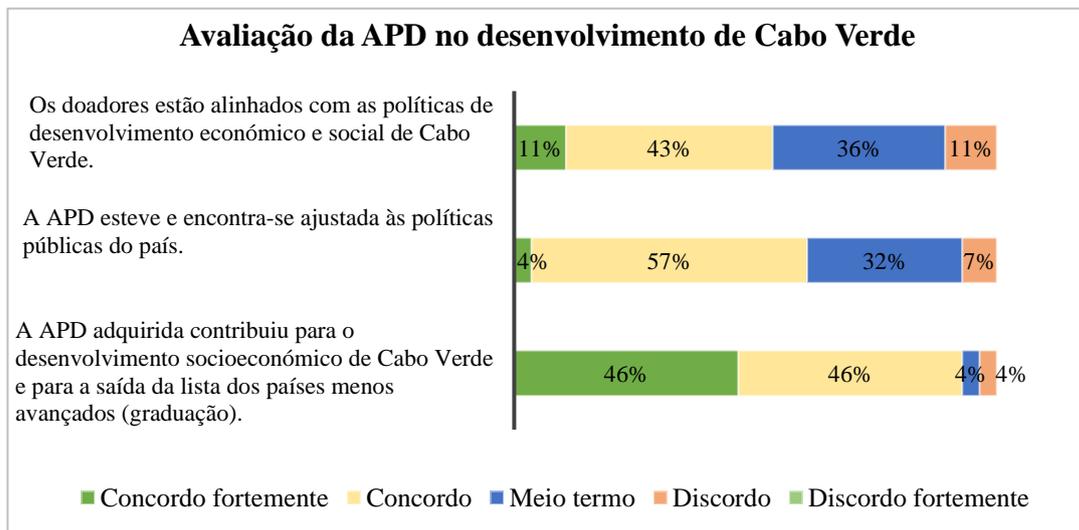
Tabela 7: Caracterização da Amostra

Categorização	Respondentes	
Doadores Bilaterais/Multilaterais	7%	2
Membros do Sector Público	54%	15
Representantes da Sociedade Civil	18%	5
Representantes do Sector Privado	21%	6
Total	100%	28

Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 6 observa-se que face ao questionamento sobre o nível de concordância sobre a importância da APD, a esmagadora maioria avalia positivamente o impacto da ajuda no desenvolvimento de Cabo Verde.

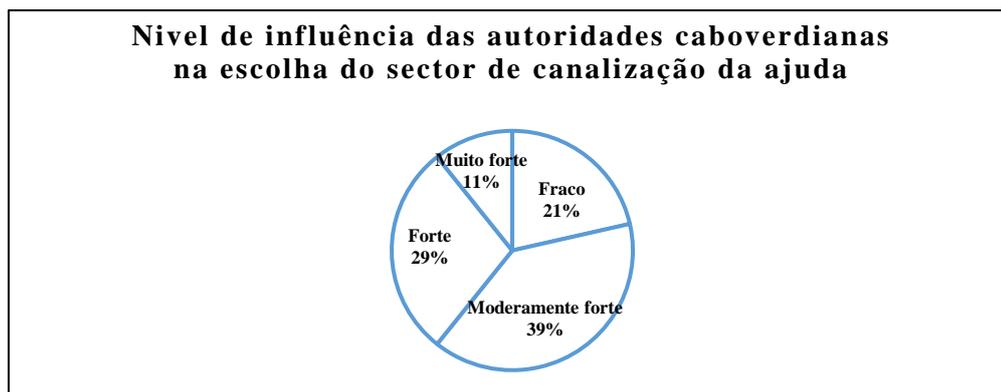
Gráfico 6: Avaliação do contributo da APD no desenvolvimento de CV



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 7, nota-se que a influência das autoridades cabo-verdianas na escolha do setor de canalização da ajuda foi avaliada positivamente por 79% dos inquiridos, os restantes 21% avaliaram-na como fraco.

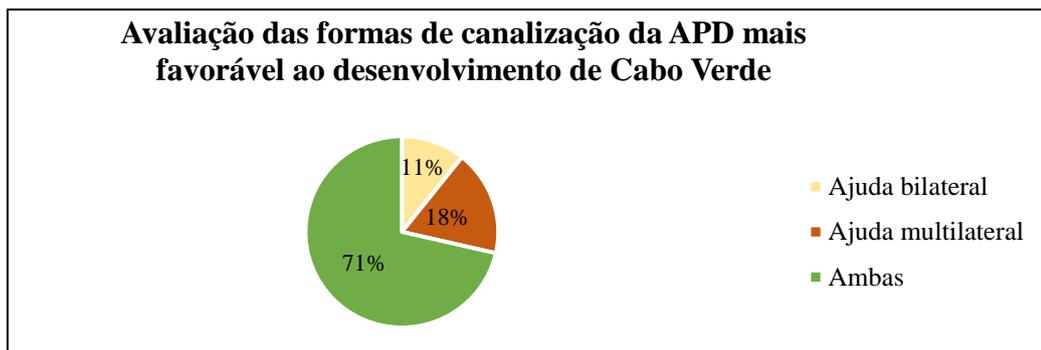
Gráfico 7: Influência das autoridades cabo-verdianas na canalização da ajuda



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 8, observa-se que, quanto às formas de canalização da ajuda, a maioria (71%) considera que tanto a ajuda, no âmbito das relações bilaterais, como as ajudas multilaterais são favoráveis ao desenvolvimento do país, ressaltando que dos restantes 29% que optaram por uma das formas de canalização da ajuda a maioria (62%) consideram as ajudas multilaterais mais favoráveis.

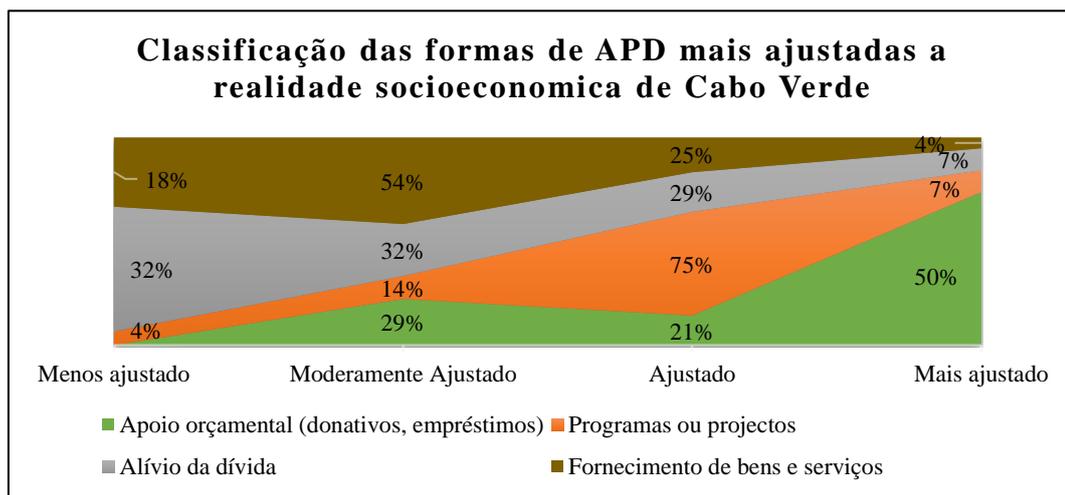
Gráfico 8: Avaliação das formas de canalização da APD - Cabo Verde



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 9, constata-se que o apoio orçamental seguido de programas e projetos foram eleitos como as formas mais ajustadas à distribuição da APD tendo em conta as realidades e necessidades socioeconómica do país.

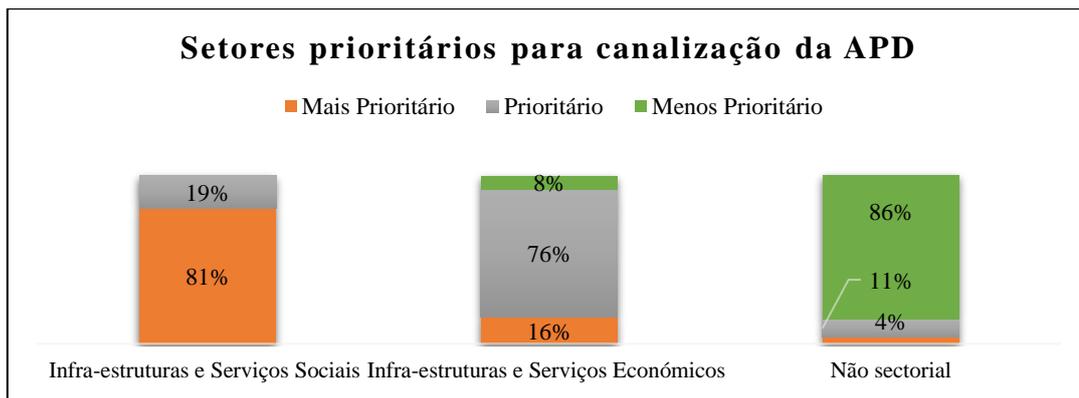
Gráfico 9: Classificação das formas de APD mais ajustadas para Cabo Verde



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 10, pode-se observar que o setor designado “As Infraestruturas e Serviços Sociais²³” foi considerado por 81% como o sector prioritário para canalização da APD. Em seguida consta o setor designado de “As Infraestruturas e Serviços Económicos²⁴”. As ajuda a programas, as ações relacionadas com a dívida, a ajuda humanitária ou o apoio aos refugiados (vertente designada Não Setorial), foi considerado o menos prioritário.

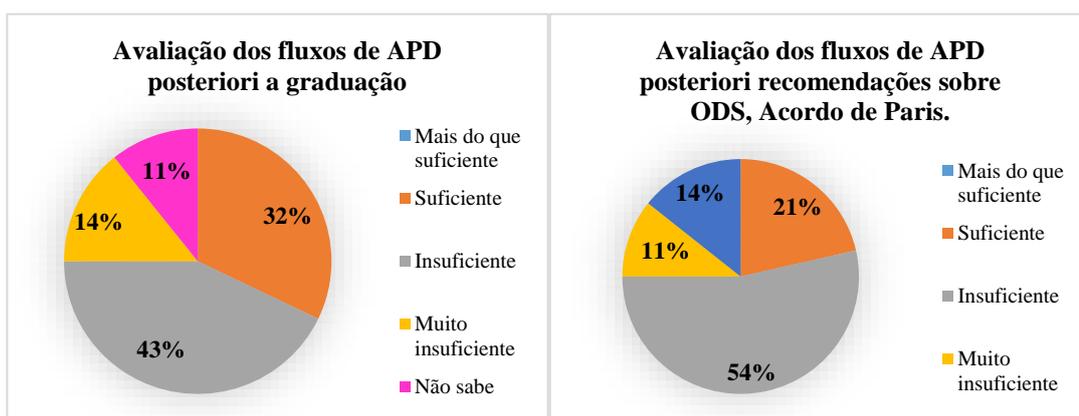
Gráfico 10: Setores prioritários para canalização da APD



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

O gráfico 11, mostra que a maioria dos inquiridos (64%) consideram, que os fluxos da APD são insuficientes, para a continuidade do desenvolvimento e as respetivas exigências do período “a posteriori” à graduação.

Gráfico 11: Avaliação dos Fluxos APD - CV



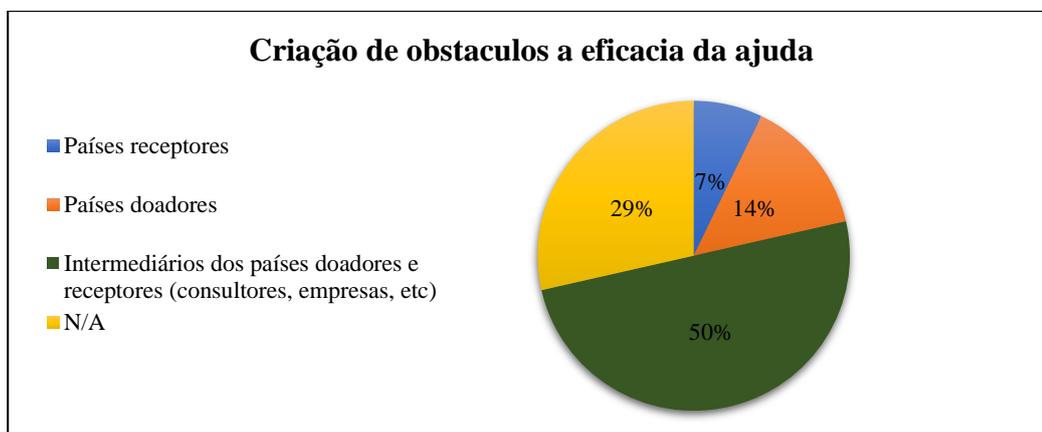
Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

²³ Educação, Saúde, População e Saúde Reprodutiva, Água e Saneamento

²⁴ Transportes, Comunicações, Bancos e Serviços Financeiros

No gráfico 12, observa-se que 70% dos inquiridos consideram que os intermediários dos países doadores e recetores são os principais responsáveis pela criação dos obstáculos e os países recetores como os que menos criam obstáculos à eficácia da ajuda.

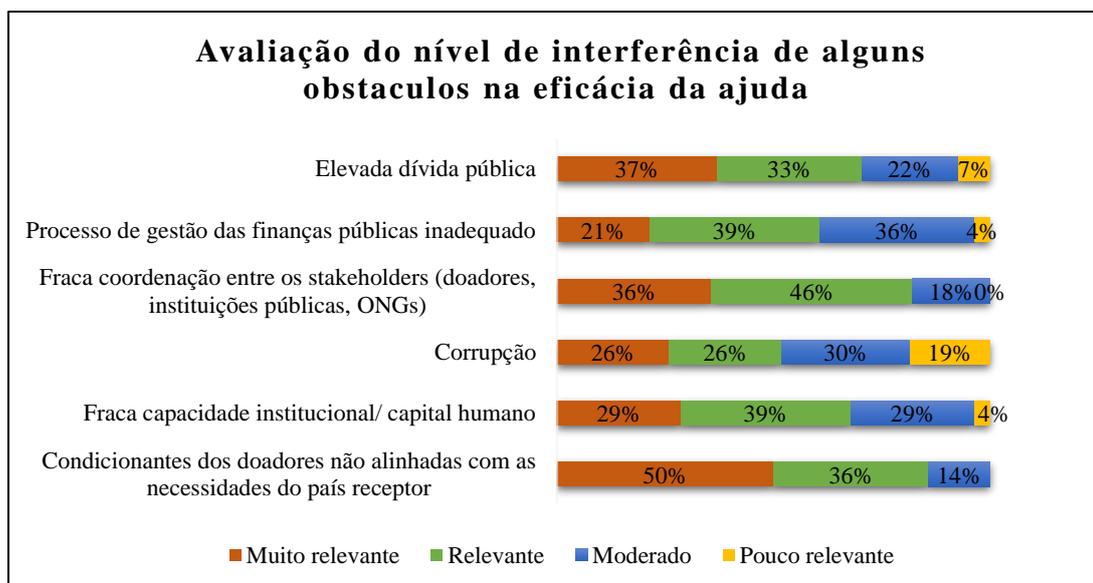
Gráfico 12: Nível de criação de obstáculos para eficácia da APD



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

O gráfico 13, ilustra que o item designado “condicionante dos doadores não alinhados com as necessidades do país recetor” foi considerado o principal obstáculo a eficácia da APD, seguido do item “fraca coordenação entre os *stakeholders* (doadores, instituições, ONGs)”.

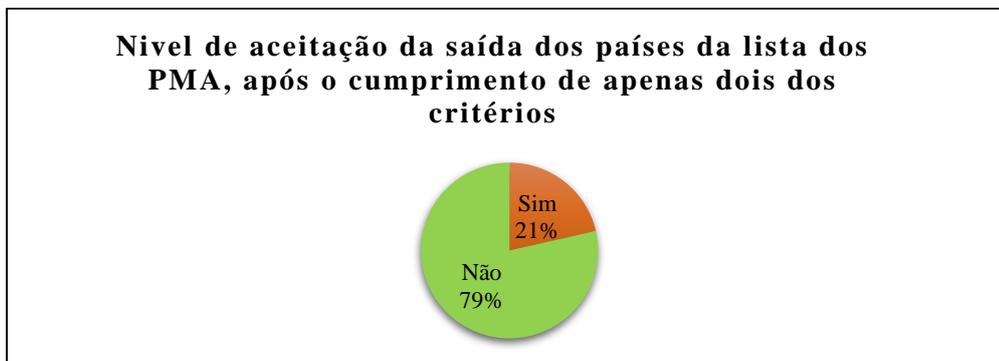
Gráfico 13: Avaliação do nível de interferência de obstáculos na eficácia da ajuda



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 14, verifica-se que, no que tange à metodologia utilizada pelo CPD para inclusão e graduação na lista de PMA, a esmagadora maioria dos inquiridos (79%) não consideram aceitável a saída com base em apenas o cumprimento de dois desses critérios.

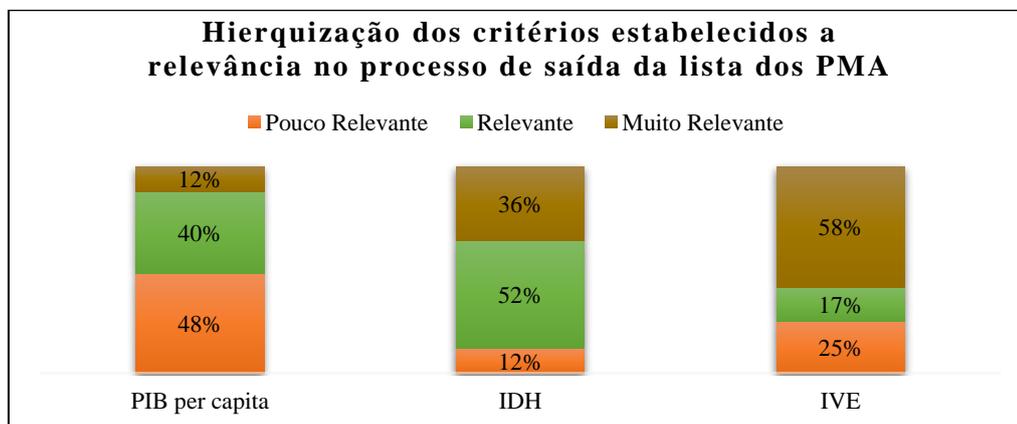
Gráfico 14: Nível de aceitação dos procedimentos associados a graduação



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

O gráfico 15, demonstra que 58% dos inquiridos consideraram o IVE como o critério de maior relevância. O IDH foi considerado por 52% como relevante. Já o PIB per capita é considerado pela maioria (48%) como o critério menos relevante.

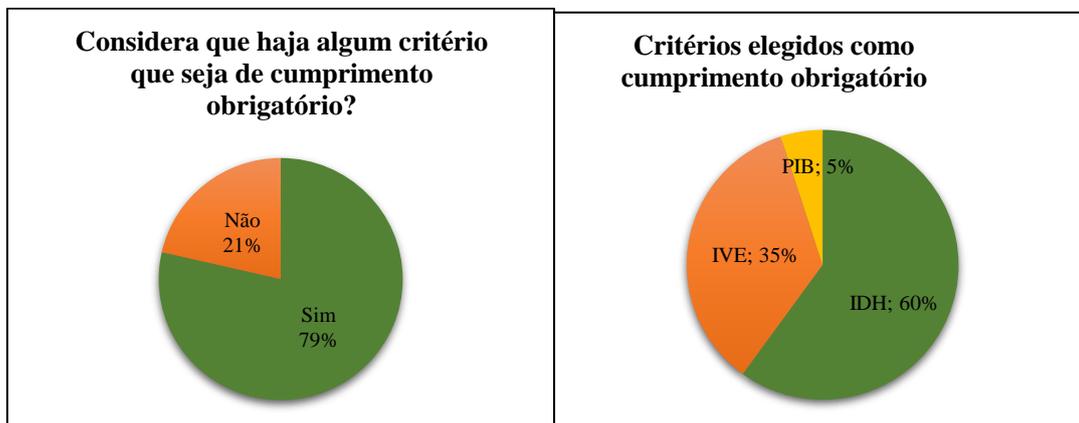
Gráfico 15: Hierarquização dos critérios mediante a relevância na graduação



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 16, verifica-se que dos inquiridos que consideram que deveria haver um critério de cumprimento obrigatório, a maioria (60%), elegeram o IVE como o critério de cumprimento obrigatório.

Gráfico 16: Avaliação dos critérios quanto ao cumprimento obrigatório



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 17, destaca-se um baixo nível de concordância em relação a atribuição dos mesmos pesos (apontados no ponto 2), aos diferentes critérios e nos diferentes países.

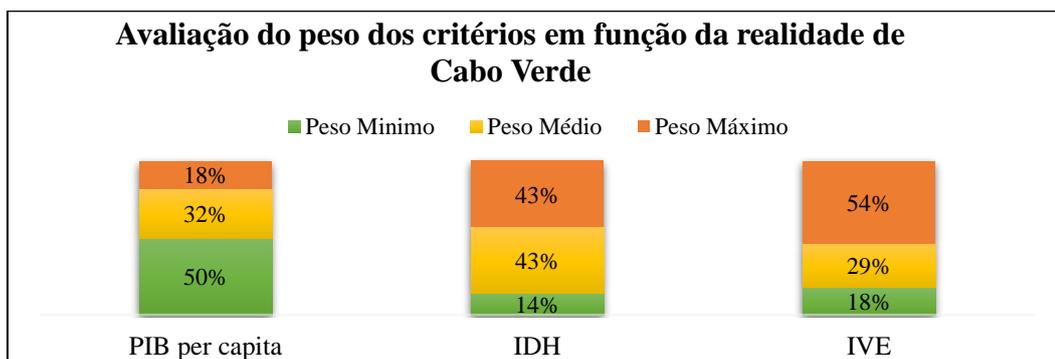
Gráfico 17: Nível de concordância com o peso atribuído aos critérios da Graduação



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 18, é possível observar que o critério IVE que foi anteriormente indicado pelos inquiridos como um dos critérios de cumprimento obrigatório (gráfico 18), os inquiridos mantiveram a opinião e foi-lhe atribuído o peso máximo tendo em conta a realidade cabo-verdiana. O PIB *per capita* foi novamente escolhido como o menos relevante.

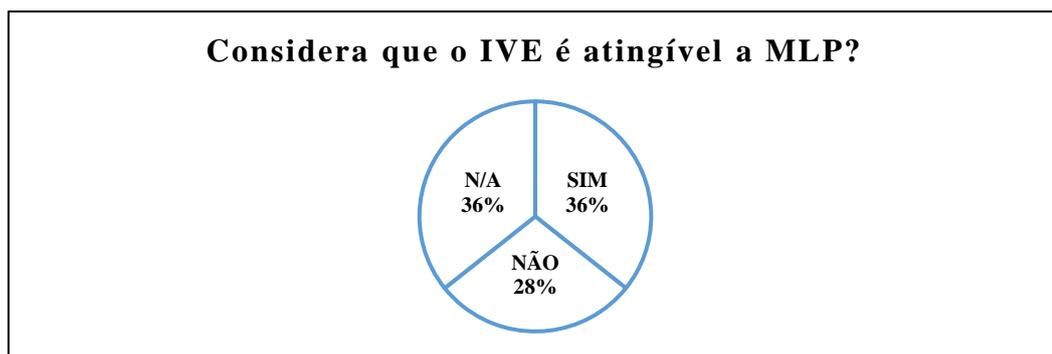
Gráfico 18: Avaliação do peso dos critérios em função da realidade de Cabo Verde



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 19, verifica-se que o alcance do limite estabelecido para IVE é considerado inatingível a médio e longo prazo por 28% e é considerado uma incógnita por 36% dos inquiridos. Apenas 36% dos inquiridos estão otimistas, em relação ao desempenho de Cabo Verde no alcance do limite estabelecido.

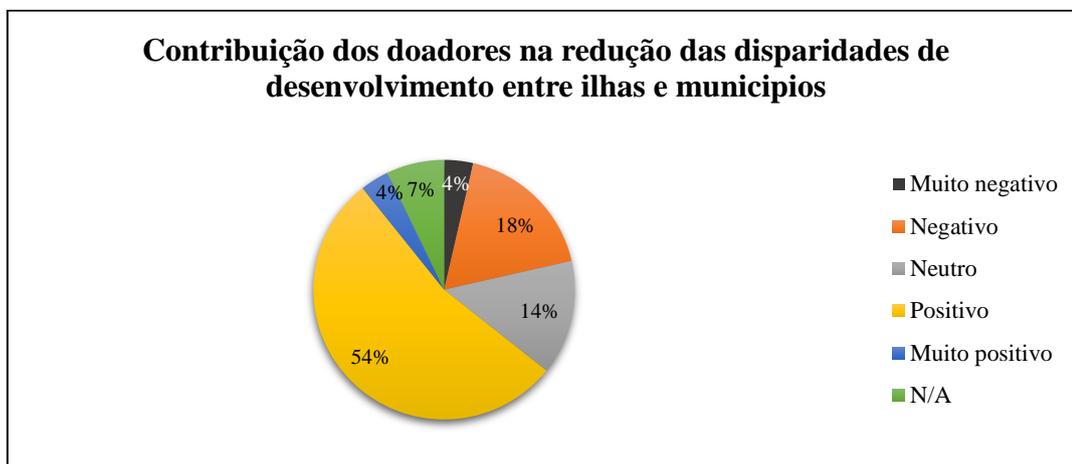
Gráfico 19: Nível de concordância quanto ao alcance do IVE



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

O gráfico 20, mostra que a contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e municípios foi avaliada positivamente.

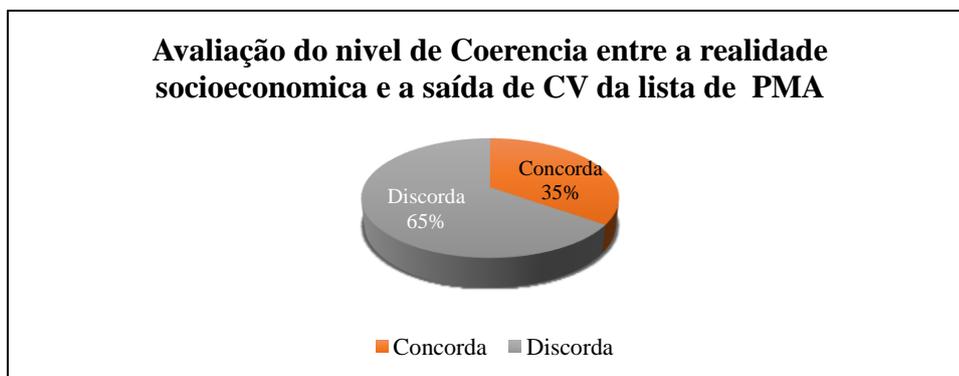
Gráfico 20: Avaliação da contribuição dos doadores na redução das disparidades entre ilhas e municípios



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

O gráfico 21, mostra que a maioria dos inquiridos (65%) consideram que, não houve uma coerência entre a realidade socioeconómica e a saída de Cabo Verde da lista dos PMA.

Gráfico 21: Nível de Coerência - realidade socioeconómica e a graduação



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

No gráfico 22, verifica-se que o impacto da graduação na continuidade do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, foi avaliado negativamente e/ou nulo por 60% dos inquiridos. Apenas 29% consideraram positivo o impacto da graduação.

Gráfico 22: Avaliação do impacto da graduação no desenvolvimento de Cabo Verde



Fonte: Resultados do questionário conduzida pela autora

Em face das análises efetuadas nos pontos anteriores, consta-se que a graduação de Cabo Verde constitui um desafio para garantir a continuidade do desenvolvimento económico e social, uma vez que, a graduação implicou automaticamente a perda de alguns doadores e financiamentos estratégicos. Sendo um país insular e de poucos recursos naturais, defendem a definição estratégias e políticas específicas para cada país de modo a evitar o retrocesso no desenvolvimento.

CONCLUSÃO E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Este estudo teve como objetivo principal aferir a percepção dos intervenientes e conhecedores do processo de saída de Cabo Verde da lista dos PMA e identificar os determinantes da graduação e o impacto da graduação no desenvolvimento económico e social de Cabo Verde durante os primeiros 10 anos. Como tal, houve uma análise dos critérios e procedimentos através da comparação com os outros países graduados e também da incidência da ajuda pública destinada ao país e o impacto no alcance dos critérios e a respetiva graduação.

No questionário realizado, os inquiridos consideraram que a ajuda pública teve e continua a ter grande importância e impacto no desenvolvimento do país. Porém devido ao nível de vulnerabilidade endógena e exógena, Cabo Verde deveria continuar com as políticas de distribuição de APD direcionadas aos PMA e países recentemente graduados tendo em vista a diminuição da vulnerabilidade económica, de modo a evitar retrocesso no desenvolvimento futuro. Quanto a canalização da ajuda, constata-se não haver relevância quanto a origem ou tipo de ajuda, ou seja, é pouco ou nada relevante se a ajuda direcionada ao país é proveniente de um país (ajuda bilateral) ou de uma instituição (ajuda multilateral).

No que tange a metodologia e os critérios de graduação estabelecidos pelo CDP, os inquiridos consideraram que as definições dos critérios se encontram desajustados às realidades dos PMA e que o processo deveria ser adaptado à realidade de cada país, precisamente pelas diferenças de estágios de desenvolvimento. Mediante as especificidades de cada país deveria haver um critério de cumprimento obrigatório. O IVE o critério alcançado apenas por um país (Guiné Equatorial) merece uma atenção especial. O PIB *per capita*, o critério que tem sido alcançado pela maioria dos países, foi considerado como o critério menos relevante para o processo.

Na parte específica a Cabo Verde, pede-se uma atenção especial à realidade e à conjuntura de Cabo Verde “a posteriori” a graduação. O IVE o critério ainda não alcançado sugerem a criação de políticas ajustadas a conjuntura do país, sendo igualmente um pequeno estado insular deveria ter um peso importante nos critérios de avaliação e das condições do financiamento. Considera-se que não houve uma coerência entre a realidade socioeconómica e a saída da lista de PMA e avaliaram como nulo e/ou negativo o impacto da graduação na

continuidade do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde. A diminuição do IVE deveria dar conteúdo à transição suave, que não passou de retórica.

Quanto a relevância dos critérios, constata-se que o PIB foi designado como o menos relevante. De acordo com o economista François Lequiller, da OCDE, o PIB é um indicador que serve para medir o bem-estar económico, porém considera apenas o consumo declarado. Sendo Cabo Verde um país com uma alta representatividade de atividades informais e de produção familiar isso poderá causar imprecisão no seu cálculo, o valor do PIB pode não refletir a situação real do país e não conseguir captar as grandes disparidades nacionais. Isso pode ser uma das justificativas que levou a maioria a identificar o PIB como o critério menos relevante para o país.

O IDH considera componentes benéficos como saúde e educação, que são extremamente importantes para o bem-estar da sociedade. No setor social (saúde, educação) verifica-se ainda a existência de várias vulnerabilidades e que conseqüentemente têm impacto no desenvolvimento do país. Uma justificativa para que uma maioria considerável priorize a canalização da ajuda nesse setor, de modo a assegurar a evolução do IDH.

O IVE é um critério que merece uma atenção especial e uma análise mais pormenorizada, visto que muitas das vulnerabilidades económicas e ambientais são comuns ao país (como por exemplo a dependência da importação, a dependência da chuva para pratica da agricultura, pasto para pecuária e criação de gados), o que pode vir a ser um risco de retrocesso no desenvolvimento. Um bom ano agrícola em Cabo Verde assegura apenas 15% das necessidades em cereais. Em contexto de desemprego, sub-emprego a vulnerabilidade económica traduz-se na segurança alimentar das famílias e do país.

As respostas às perguntas abertas, permitiu-nos fazer apreciações críticas, partilhar ideias e apontar sugestões de estratégias e ações que poderiam e/ou poder-se-á tornar o processo da graduação mais eficiente, com impactos positivos e mensuráveis no médio e longo prazo, tais como abaixo indicadas:

- A especificidade de Cabo Verde, enquanto “estado insular” dependente da importação e sensível às oscilações face aos choques externos e outros fatores exógenos, mostra que ainda o país não está, em condições de ser equiparado à um país de rendimento médio, no que tange ao acesso aos financiamentos, mas sim, conceder um tratamento preferencial as condições de financiamento, visando o seu melhor desenvolvimento;

- Há necessidade de diversificar a economia, apostar fortemente na produção interna, privilegiando, às áreas de desenvolvimento local (agricultura, pesca, pecuária, indústrias transformadoras), setores decisivos para a autossuficiência alimentar;
- Reduzir as políticas assistencialistas e apostar em incentivos para crescimento do setor empresarial que é ainda incipiente e pouco inovador na criação de serviços e produtos nacionais relevantes para as necessidades de consumo da sociedade cabo-verdiana.

A partir deste trabalho, a investigação sobre o processo de graduação de Cabo Verde deverá continuar por via do seu aprofundamento e com vista a enriquecer o conhecimento e outros aspetos relacionados. Assim, poderão ser estudadas e desenvolvidas várias vertentes, seja através de um estudo comparativo do processo de graduação de Cabo Verde com outros países já graduados desta categoria ou no impacto da graduação sobre o crescimento e desenvolvimento no período após a graduação.

Na análise efetuada foi constatada que a saída de Cabo Verde da lista dos PMA pode vir a acarretar consigo alguns constrangimentos para o país. A ausência de recursos naturais, as condições climáticas adversas, a dimensão do mercado interno e a insularidade são alguns dos fatores que tornam Cabo Verde extremamente vulnerável e dependente dos fluxos externos (APD, IDE, Remessas).

Como recomendação sugere-se que um estudo detalhado para analisar em que medida os critérios estão correlacionados entre si, evitando erros de medida dos indicadores, duplicação de informações e a inclusão de informações não relevantes. Como forma de evitar retrocesso ou paralisação do desenvolvimento, sugere-se por um determinado período que a classificação seja efetuada através dos setores estruturais e posteriormente mediante tendência evolutiva classificar-se-ia o país.

Na mesma linha, os critérios utilizados para a graduação são diferentes, porém complementares, e que em certa medida dá uma ideia errónea da real situação do país. Neste sentido, no que tange as exigências da graduação (alcance de 2 critérios em duas avaliações seguidas ou alternativamente, ou se o PIB *per capita* for pelo menos o dobro do limite mínimo estabelecido) sugere-se que a hierarquização/priorização dos critérios e/ou estabelecimento de um critério obrigatório como forma de adaptar as exigências à realidade de cada país.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, M., FORTES, A. e LOPES, F. (2012), *Do Programa Indicativo de Cooperação Portugal- Cabo Verde, 2012-2015*. Instituto Camões, Lisboa.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK (2012), “Cape Verde: a success story”, *African Development Fund*, Regional-West, nº 2, pp. 1-62.
- BANCO DE CABO VERDE (2020), *Relatório do Estado da Economia em 2019*, Banco de Cabo Verde, Praia.
- BANCO DE PORTUGAL (2019), *Evolução das Economias do PALOP e de Timor-Leste, 2018-2019*, Banco de Portugal, Lisboa.
- BANCO MUNDIAL (2018), *República De Cabo Verde: Ajustando o Modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão Social*. World Bank /Africa.
- BRITO, J. L. (2013), *Cabo Verde: De um Modelo de Renda para um Modelo de Economia Sustentável*. Tese de Doutoramento, ISEG/ULisboa.
- BRITO, J. (2015), *Determinantes de Crescimento Económico: Uma Aplicação a Países Pequenos, Com Especial Referência para Cabo Verde*. Tese de Doutoramento, U. Coimbra.
- DAMÁSIO, B. e MAH, L. (2011), “Das limitações do PIB enquanto indicador às necessidades de medição dos níveis de Desenvolvimento.” *CEsA – Working Paper* Nº 89, pp 1-37.
- FIALHO, D. N., e RAMOS, D. O. (2008), *The Case of Cape Verde’s Graduation from the Least Developed Country Category*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade de Lisboa.
- FIALHO, D. N. e van BERGEIJK P. (2016), “The Proliferation of developing country classifications”, *The Journal of Development Studies*, nº 53, Vol. 1, pp. 99-115,
- GUILLAUMONT, P. e ALASSANE, D. (2013), “Assessing the prospects of accelerated graduation of the least developed countries”, *Fondations pour les Études et Recherches sur le Développement International (FERDI)*, Working paper nº 72.
- HAQ, M. (1995), *Reflections on Human Development*, Oxford University. Nova Iorque.

- HILL, M. e HILL, A. (2008), *Investigação por Questionário*, Edições Sílabo.
- HULME, D. (2015), *Global Poverty: global governance and poor people in the post-2015 era*, 2ª Edição, Routledge, Londres.
- LEITE, I. C. (2004), “Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento”. Universidade Fernando Pessoa, Porto, pp. 7-10.
- KIM, M. (2018), “Prospect of least developed countries meeting the graduation criteria by 2030”. *CDP Policy Review*, nº 8, pp. 1-11.
- MILANI, C., BIANCA, S. e LUARA L. (2014), “Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no norte e sul; que lições e desafios para o Brasil” *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, pp. 1-60.
- NEVES, J. M. (2000), *Uma Agenda de Transformação para Cabo Verde*. Lisboa: Letras Várias.
- OCDE (2018), *Transition Finance in Least Developed Countries and Small Island Developing States: Cabo Verde Country Pilot*, OCDE, Paris.
- ODUSOLA, A. (2016). *Desafios e Oportunidades da Graduação de PMA: o PNUD como parceiro estratégico no processo de graduação*, PNUD.
- PAIS, I (2012), “Cabo Verde e Graduação de Países Menos Desenvolvidos: da validação a transição sustentável”, *Revista Política Internacional e Segurança*, nº 6/7., pp. 51-68, Universidade Lusíada.
- PNUD (2016), *Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano*, Washington.
- QUERIDO, C. (2005), *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa.
- SOUSA, A. R. (2008), *De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quatro da Economia Internacional*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- THE HERITAGE FOUNDATION (2018), *2018 Index of Economic Freedom*, Washington.
- TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (2017), *Corruption Perceptions Index 2016*, Berlim.

ANEXOS

Anexo I: Questionário aplicado

Questionário

Balanço dos 10 anos da Graduação de Cabo Verde

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação que estou a elaborar no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – Universidade de Lisboa. Este estudo visa avaliar a perceção sobre o contributo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na saída de Cabo Verde da lista de Países Menos Avançados (PMA) e aferir a perceção/balanço da primeira década da graduação (2008/2018). O questionário baseia-se na avaliação da APD e dos critérios e procedimentos de graduação dos PMA estabelecida pela Nações Unidas (todos disponíveis para consulta no website da ONU e OCDE). A população “alvo” deste inquérito por questionário são os intervenientes e conhecedores do processo, desde a canalização da ajuda até a elaboração de estratégias e acções necessárias para a graduação e desenvolvimento do país.

Não existem respostas certas ou erradas. Os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e anónimos e serão exclusivamente utilizados para fins académicos.

Peço-lhe, assim, que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento. Agradece-se, desde já, o seu contributo!

1. Por favor assinale abaixo qual categoria pertencia ou pertence:

Categoria	
Doadores Bilaterais/Multilaterais	
Representantes do sector Público	
Representantes do sector privado	
Representantes da Sociedade Civil de Cabo Verde	

1. De acordo com várias pesquisas, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é considerada um importante instrumento na transformação e no desenvolvimento dos países. Com base no que entende por APD, avalie as seguintes afirmações mediante o seu nível de concordância aplicado ao caso de Cabo Verde.

Item	Discordo fortemente	Discordo	Meio termo	Concordo	Concordo fortemente
A ajuda pública adquirida contribuiu para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde e para a saída da lista dos países menos avançados (graduação).					
A ajuda pública se encontra ajustada às prioridades de desenvolvimento de Cabo Verde					
Avalie o peso das autoridades cabo-verdianas na escolha do sector de canalização da ajuda					
Avalie a influencia dos doadores na escolha do sector de canalização da ajuda.					

2. Avalie a influência das autoridades cabo-verdianas na escolha do sector de canalização da ajuda?

- Muito Fraco
- Fraco
- Moderadamente Forte
- Forte
- Muito Forte

3. Das formas de canalização da APD qual considera mais favorável ao desenvolvimento de Cabo Verde?

- Ajuda Bilateral
- Ajuda Multilateral
- Ambas

4. Com base na realidade e necessidades socioeconómicas de Cabo Verde, ordene as seguintes formas da APD do mais ajustado (1) ao menos ajustado (4).

- Apoio orçamental (donativos, empréstimos)
- Alívio da dívida
- Programas ou projectos
- Fornecimento de bens e serviços (ajuda alimentar, assistência técnica, etc)

5. Baseando nas necessidades de Cabo Verde, ordene os sectores de actividade para canalização da ajuda por ordem do menos prioritário (1) ao mais prioritário (3):

- Infra-estruturas e Serviços Sociais (Educação, Saúde, População e Saúde Reprodutiva, Água e Saneamento, Governo e Sociedade Civil, Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais)

- Infra-estruturas e Serviços Económicos (Transportes, Comunicações, Bancos e Serviços Financeiros)
- Não sectorial (ajuda a programas, as acções relacionadas com a dívida, a ajuda humanitária, ou o apoio aos refugiados)

6. De acordo com a ideia da transição suave definida pela ONU acha que os fluxos da APD posteriori a graduação correspondem as necessidades de um país graduado que não preencheu o critério de vulnerabilidade económica

- Mais do que suficientes
- Suficientes
- Insuficiente
- Muito insuficiente
- Não sabe

7. Neste momento, tendo em atenção as recomendações da ECOSOC/DESA/CPD relativas à transição suave, capacidade de financiamento interno e os compromissos internacionais assumidos posteriormente (ODS, Acordo de Paris sobre o clima, entre outras) como avalia os fluxos de Ajuda Pública destinadas a Cabo Verde?

- Mais do que suficientes
- Suficientes
- Insuficiente
- Muito insuficiente
- Não sabe

8. Tendo em consideração as responsabilidades dos países doadores e as dos países receptores, quem mais cria obstáculos á eficácia da ajuda ao desenvolvimento?

- Países doadores
- Países recetores
- Intermediários dos países doadores e recetores (consultores, empresas, etc)

9. Com base em alguns exemplos de obstáculos internos e externos, avalie-os mediante o nível de interferência na eficácia da ajuda?

ITEM	Pouco Relevante	Relevante	Muito relevante	Não sabe
Fraca capacidade institucional/ capital humano				
Fraca coordenação entre os <i>stakeholders</i> (doadores, instituições públicas, ONGs,)				
Processo de gestão das finanças públicas inadequado				
Elevada dívida pública				
Corrupção				
Condicionantes dos doadores não alinhadas com as necessidades do país receptor				

II “Os países são identificados para inclusão e graduação na lista de PMA, comparando suas pontuações dos três critérios utilizados com os limites estabelecidos pelo Comité de Políticas para o Desenvolvimento (CPD): (i) PIB per capita; (ii) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e (iii) Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE). O PIB per capita serve como uma medida do rendimento e do nível global de recursos disponíveis para um país, enquanto as IDH e o IVE medem os principais impedimentos estruturais ao desenvolvimento sustentável.”

10. Tendo em conta a heterogeneidade de cada país, considera aceitável a saída dos países da lista dos PMA, após o cumprimento de apenas dois desses critérios?

Sim

Não

10.1. Justifique

11. Com base nos critérios estabelecidos, organize-os mediante a relevância no processo de saída da lista dos PMA: pouco relevante (1) - muito relevante (3).

Item	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante
PIB			
IDH			
IVE			

12. Considera que haja algum critério (PIB per capita, IDH, IVE) que seja de cumprimento obrigatório?

Sim

Não

12.1. Se sim, indique qual

Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE)

13. De acordo com a CDP os critérios possuem o mesmo peso na graduação, está de acordo com essa metodologia?

Sim

Não

14. Se não estiver de acordo, avalie o peso dos critérios em função da realidade de Cabo Verde, sendo 1 peso mínimo e 3 peso máximo

Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE)

15. O IVE captura o grau em que o desenvolvimento económico de um país é vulnerável a choques económicos e ambientais externos. Acha que o IVE é atingível a MLP?

Sim

Não

15.1. Como forma de reduzir as vulnerabilidades, o que deveria ser feito para o alcance do limiar estabelecido? que deveria ser feito para atingir o limiar?

16. Avalie a contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e/ou municípios.

Muito negativo

Negativo

Neutro

Positivo

Muito positivo

17. Considera que houve uma coerência entre a realidade socioeconómica e a saída da lista de PMA?

Sim

Não

17.1. Justifique:

18. Como avalia o impacto da saída da lista de PMA na continuidade do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde?

Negativo

Neutro

Positivo

Não sabe

Muito obrigada!

A sua participação fez toda a diferença!

Anexo II: Resultados do questionário aplicado

Questão 1: Por favor assinale abaixo qual categoria pertencia ou pertence

Answer Choices	Responses	
Doadores Bilaterais/Multilaterais	7,14%	2
Membros do Sector Público	53,57%	15
Representantes da Sociedade Civil	17,86%	5
Representantes do Sector Privado	21,43%	6
	Answered	28

Questão 2: Com base no caso de Cabo Verde, sinalize no quadro abaixo se concorda ou não com as seguintes afirmações:

	Concordo fortemente		Concordo		Meio termo		Discordo		Discordo fortemente		Total
A APD adquirida contribuiu para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde e para a saída da lista dos PMA	46,4%	13	46,4%	13	3,6%	1	3,6%	1	0,0%	0	28
A APD esteve e encontra-se ajustada às políticas públicas do país.	3,6%	1	57,1%	16	32,1%	9	7,1%	2	0,0%	0	28
Os doadores estão alinhados com as políticas de desenvolvimento económico e social de CV	10,7%	3	42,9%	12	35,7%	10	10,7%	3	0,0%	0	28
											Answered 28

Questão 3: Avalie a influência das autoridades cabo-verdianas na escolha do sector de canalização da ajuda?

Answer Choices	Score	Responses	
Muito fraco	1/5	0,00%	0
Fraco	2/5	21,43%	6
Moderadamente forte	3/5	39,29%	11
Forte	4/5	28,57%	8
Muito forte	5/5	10,71%	3
		Answered	28

Questão 4: Das formas de canalização da APD qual considera mais favorável ao desenvolvimento de Cabo Verde?

Answer Choices	Score	Responses	
Ajuda bilateral	1/1	10,71%	3
Ajuda multilateral	1/1	17,86%	5
Ambas	1/1	71,43%	20
		Answered	28

Questão 5: Com base na realidade e necessidades socioeconómicas de Cabo Verde, classifique as seguintes formas da APD do menos ajustado ao mais ajustado.

	Menos ajustado	Moderamente Ajustado	Ajustado	Mais ajustado	Total
Apoio orçamental (donativos, empréstimos)	0,0% 0	28,6% 8	21,4% 6	50,0% 14	28
Programas ou projectos	3,6% 1	14,3% 4	75,0% 21	7,1% 2	28
Alívio da dívida	32,1% 9	32,1% 9	28,6% 8	7,1% 2	28
Fornecimento de bens e serviços (ajuda alimentar, assistência técnica)	17,9% 5	53,6% 15	25,0% 7	3,6% 1	28
				Answered	28

Questão 6: Baseando nas necessidades de Cabo Verde, ordene os sectores de atividade para canalização da ajuda por ordem do menos prioritário (1) ao mais prioritário (3).

	Menos prioritário	Prioritário	Mais prioritário	Total
Infra-estruturas e Serviços Sociais (Educação, Saúde, População e Saúde Reprodutiva, Água e Saneamento, Governo e Sociedade Civil, Outras e Serviços Sociais)	0,0% 0	19,2% 5	80,8% 21	26
Infra-estruturas e Serviços Económicos (Transportes, Comunicações, Bancos e Serviços Financeiros)	8,0% 2	76,0% 19	16,0% 4	25
Não sectorial (programas, dívida, ajuda humanitária, apoio aos refugiados)	85,7% 24	10,7% 3	3,6% 1	28
			Answered	28

Questão 7: De acordo com a ideia da transição suave definida pela ONU como avalia os fluxos da APD destinados a Cabo Verde posteriori a graduação tendo em conta que não preencheu o critério de vulnerabilidade económica?

Answer Choices	Score	Responses
Mais do que suficiente	1/1	0,00% 0
Suficiente	1/1	32,14% 9
Insuficiente	1/1	42,86% 12
Muito insuficiente	1/1	14,29% 4
Não sabe	1/1	10,71% 3
		Answered 28

Questão 8: Neste momento, tendo em atenção as recomendações da ECOSOC/DESA/CPD relativas à transição suave, capacidade de financiamento interno e os compromissos internacionais assumidos posteriormente (ODS, Acordo de Paris sobre o clima, etc) como avalia os fluxos de Ajuda Pública destinados a Cabo Verde?

Answer Choices	Score	Responses	
Mais do que suficiente	1/1	0,00%	0
Suficiente	1/1	21,43%	6
Insuficiente	1/1	53,57%	15
Muito insuficiente	1/1	10,71%	3
Não sabe	1/1	14,29%	4
Answered			28

Questão 9: Tendo em consideração as responsabilidades dos países doadores e as dos países receptores, quem mais cria obstáculos á eficácia da ajuda ao desenvolvimento?

Answer Choices	Score	Responses	
Países receptores	1/1	7,14%	2
Países doadores	1/1	14,29%	4
Intermediários dos países doadores e receptores (consultores, empresas, etc)	1/1	50,00%	14
N/A	1/1	28,57%	8
Answered			28

Questão 10: Com base em alguns exemplos de obstáculos externos e internos, avalie-os mediante o nível de interferência na eficácia da ajuda?

	Muito relevante		Relevante		Moderado		Pouco relevante		Total
Condicionantes dos doadores não alinhadas com as necessidades do país receptor	50,0%	14	35,7%	10	14,3%	4	0,0%	0	28
Fraca capacidade institucional/ capital humano	28,6%	8	39,3%	11	28,6%	8	3,6%	1	28
Corrupção	25,9%	7	25,9%	7	29,6%	8	18,5%	5	27
Fraca coordenação entre os stakeholders (doadores, instituições, ONGs)	35,7%	10	46,4%	13	17,9%	5	0,0%	0	28
Processo de gestão das finanças públicas inadequado	21,4%	6	39,3%	11	35,7%	10	3,6%	1	28
Elevada dívida pública	37,0%	10	33,3%	9	22,2%	6	7,4%	2	27

Questão 11: Tendo em conta a heterogeneidade de cada país, considera aceitável a saída dos países da lista dos PMA, após o cumprimento de apenas dois desses critérios?

Answer Choices	Responses	
Sim	21,43%	6
Não	78,57%	22
Answered		28

Questão 12: Com base nos critérios estabelecidos, organize-os mediante a relevância no processo de saída da lista dos PMA: pouco relevante (1) - muito relevante (3).

	Pouco Relevante		Relevante		Muito Relevante		Total
PIB per capita	48,00%	12	40,00%	10	12,00%	3	25
IDH	12,00%	3	52,00%	13	36,00%	9	25
IVE	25,00%	6	16,67%	4	58,33%	14	24
Answered							28

Questão 13: Considera que haja algum critério (PIB per capita, IDH, IVE) que seja de cumprimento obrigatório?

Answer Choices	Responses
Sim	78,6% 22
Não	21,4% 6
Se sim, indique qual e justifique	19
Answered	
28	

Questão 14: De acordo com a CDP os critérios possuem o mesmo peso na graduação, está de acordo com essa metodologia?

Answer Choices	Responses
Concorda	7,14% 2
Discorda	92,86% 26
Answered	
28	

Questão 15: Se não estiver de acordo, avalie o peso dos critérios em função da realidade de cabo verde, sendo 1 peso mínimo 3 peso máximo.

	Peso Mínimo		Peso Médio		Peso Máximo		Total
PIB per capita	50,00%	14	32,14%	9	17,86%	5	28
IDH	14,29%	4	42,86%	12	42,86%	12	28
IVE	17,86%	5	28,57%	8	53,57%	15	28
Answered							28

Questão 16: O IVE captura o grau em que o desenvolvimento económico de um país é vulnerável a choques económicos e ambientais externos. Cabo Verde não preencheu o terceiro critério - (IVE) que se mantém, todavia, muito aquém do limiar de saída. Considera que o IVE é atingível a MLP?

Answer Choices	Responses
SIM	35,71% 10
NÃO	28,57% 8
N/A	35,71% 10
Answered	
28	

Questão 17: Como forma de reduzir as vulnerabilidades, o que deveria ser feito para o alcance do limiar estabelecido?

Answered 25
Skipped 3

Questão 18: Avalie a contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e/ou municípios.

Answer Choices	Responses	
Muito negativo	3,57%	1
Negativo	17,86%	5
Neutro	14,29%	4
Positivo	53,57%	15
Muito positivo	3,57%	1
N/A	7,14%	2
Answered		28

Questão 19: Considera que houve uma coerência entre a realidade socioeconómica e a saída da lista de PMA?

Answer Choices	Responses	
Sim	35,71%	10
Não	66,67%	18
Justifique		16
Answered		28

Questão 20: Como avalia o impacto da saída da lista de PMA na continuidade do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde?

Answer Choices	Responses	
Negativo	32,14%	9
Neutro	28,57%	8
Positivo	28,57%	8
N/A	10,71%	3
Answered		28